

REVISTA ETIS

Educação, Transformação, Inovação e Sustentabilidade

SUSTENTABILIDADE EMOCIONAL:

COMPREENDA, ACOLHA
E UTILIZE POSITIVAMENTE
SUAS EMOÇÕES

**ENTREVISTA
DEPUTADO FEDERAL
RODRIGO AGOSTINHO**

**GESTÃO SUSTENTÁVEL
NOVA DÉCADA PARA
ACELERAR OS ESFORÇOS
POR UM MUNDO MELHOR**

**ECONOMIA CIRCULAR
EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS
E SUSTENTABILIDADE
EM EVENTO - CASACOR**

A COMUNICAÇÃO VIVA PARA O NOVO MUNDO

COMUNICAÇÃO
INTEGRADA,
MARKETING
E EVENTOS



VIVA
COMUNICAÇÃO GROUP

ATENDIMENTO@VIVACOMUNICACAOGROUP.COM



Viviã de Sousa
Editora-chefe

*“A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.”
(Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, 1972)*

Nasce um veículo e uma plataforma de comunicação integrada, a ETIS – Educação, Transformação, Inovação e Sustentabilidade, com a missão de atuar para promover informações, matérias, reportagens, eventos e projetos que tenham como propósito engajar e conscientizar cada vez mais pessoas, empresas, organizações, autoridades e imprensa a assumirem o seu compromisso e o seu papel com o meio ambiente.

É urgente a necessidade de mudanças de comportamento de pessoas e organizações. Por isso, a Revista ETIS será um “divisor de águas”, atuando como um canal estratégico e educador ambiental em uma campanha contínua de conscientização para a transformação e a evolução racional e positiva do sistema natural e produtivo da vida em sociedade.

Nossa primeira edição traz uma entrevista especial com o deputado federal Rodrigo Agostinho. Ele compartilha um pouco da sua jornada e promove o diálogo sobre os principais projetos e demandas que tramitam na Câmara. Precisamos acompanhar mais de perto tudo o que acontece na política brasileira, para colaborarmos e reivindicarmos nossos direitos e assumirmos os nossos deveres, afinal, as decisões e as ações que são decididas nessa esfera refletem em todos os setores e áreas, além de impactarem nossas vidas e o nosso meio ambiente.

Também conversamos com Fábio Leite Gastal, presidente da Organização Nacional de Acreditação (ONA), para saber mais sobre o compromisso e a responsabilidade dessa importante instituição do Setor Saúde com as políticas e as práticas ambientais adotadas por empresas e prestadores do segmento.

Apresentamos, na Revista ETIS, artigos e reportagens especiais sobre arquitetura sustentável, gestão de resíduos, educação e ecologia, saneamento, resíduos químicos, gestão sustentável, arte e educação, economia circular, consumo, comunicação, comportamento, química, biodiversidade, marketing, direito ambiental, Amazônia e psicologia, onde destacamos a importância da sustentabilidade emocional.

Quero te convidar a fazer parte dessa jornada para, juntos, promovermos mais diálogos sobre o desenvolvimento sustentável e a adoção de práticas e atitudes sustentáveis.

Boa leitura!

Viviã de Sousa

Editora-chefe

REVISTA **ETIS**
Educação, Transformação, Inovação e Sustentabilidade



EXPEDIENTE

Editora-chefe

Viviã de Sousa - 12118/DF

Projeto Gráfico

Arte
Diagramação
Revisão
Publicidade
Viva Comunicação Group

Publicação

Trimestral

Conselho Editorial

Presidente - Eduardo Camargo
Internacional - Carlos Silva Filho - Presidente da ISWA
e ABRELPE
Institucional - Celso Grecco

Membros

Amanda Vasconcelos - Jornalista
Antônio de Oliveira Siqueira - Tecnologia Ambiental
Bia Gadia - Arquiteta
Darlan Firmato - Arquiteto
Deborah Andrade - Jornalista
Elizeu Barros - Publicidade
Felipe Nabuco - Jornalista
Isis Mendonça - Psicóloga
Janaina Adriana da Trindade - Química e Eng. Ambiental
J. Antônio Cirino - Comunicação
Rafaela Benevides - Advogada
Renata F. Dalla Bernardina - Engenheira
Rosana Oliveira - Administração
Vivianne Paixão - Jornalista
Vagner Oliveira - Comercial
Wagner Castro - Designer

REVISTA ETIS

Educação, Transformação, Inovação e Sustentabilidade

Anuncie na revista:

    etisecobr

 ceo@etis.eco.br

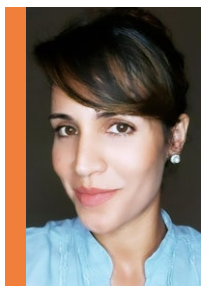
 +55 (61) 9 8404-6115



PSICOLOGIA.....	06
ENTREVISTA.....	09
GESTÃO SUSTENTÁVEL.....	13
ECONOMIA CIRCULAR.....	15
MARKETING.....	19
DIREITO AMBIENTAL	22
EDUCAÇÃO	25
RESÍDUOS QUÍMICOS	28
ECOLOGIA	30
COMUNICAÇÃO	32
SANEAMENTO	34
ENTREVISTA.....	36
COMPORTAMENTO	39
BIODIVERSIDADE.....	41
BIOMA	44
CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL EM EPS.....	46
GERAÇÃO DE RESÍDUOS	49
CONSUMO.....	52
QUÍMICA	54
ECONOMIA.....	57
MODA	60

SUMÁRIO

SUSTENTABILIDADE EMOCIONAL: COMPREENDA, ACOLHA E UTILIZE POSITIVAMENTE SUAS EMOÇÕES

**Isis Mendonça**

Psicóloga e fundadora da Lotus – Academia de Desenvolvimento Humano.

Quando pensamos em sustentabilidade, pensamos em meio ambiente, em negócios, em dinheiro, na continuidade de algo ao longo do tempo. É mais fácil pensarmos em coisas palpáveis, aquilo que podemos medir, ver, sentir os efeitos no tempo. Contudo, esquecemos daquilo que não vemos e que está sempre conosco; que não contamos, mas sua soma define nossas decisões; que não controlamos diariamente, mas nos controla: **nossas emoções**. Somos seres de desejos, que sentem, que amam, que sofrem, que vibram, que fazem. Em cada pequena ação nossa, há uma emoção norteando; em cada pensamento e decisão, há uma emoção embasando. As emoções são a base da nossa vida; sem elas, deixamos de ser humanos.

Logo, a sustentabilidade de qualquer coisa palpável passa primeiro pela sustentabilidade das nossas emoções. Se não somos capazes de compreendê-las, acolhê-las ou utilizá-las para o bem, como seremos capazes de cuidar da nossa natureza, do nosso dinheiro, dos nossos bens materiais? Se não estamos bem emocionalmente, e isso não significa não sentir as emoções que nos incomodam, como medo, frustração e raiva, por exemplo, mas, sim, entender a mensagem que elas estão dando para a nossa vida, como seremos capazes de tomar decisões, saber o que queremos, lutar pelos nossos objetivos e compreender nossa missão e nosso propósito?

A compreensão da sua personalidade, da sua essência, da sua maturidade e dos caminhos de desenvolvimento é a **base da sustentabilidade emocional**. Ela pode ajudar a esclarecer a raiz de muitos dos seus comportamentos e compreender por qual motivo você faz o que faz. Além disso, entender como suas percepções causam barreiras a relacionamentos efetivos, tomadas de decisões, enfrentamentos de conflitos e perdas e impactos no desempenho pode contribuir para melhorar sua liderança, sua relação com o mundo e com as pessoas.

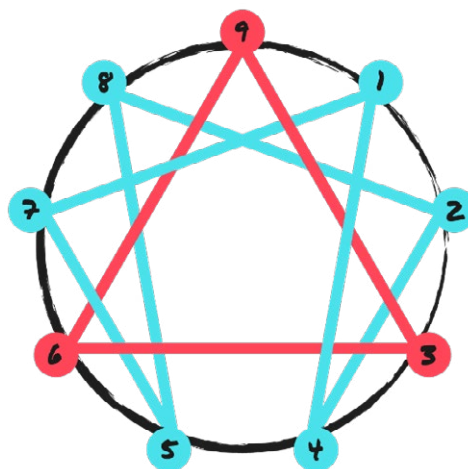
O quanto você já analisou tudo isso em sua vida?

Você conhece a sua personalidade e os impactos dela nas suas decisões e na sua vida?

Você sabe o que mais teme? O que tira você do equilíbrio emocional? O que te paralisa? Se não sabe, é o momento de pensar sobre, pois essa resposta pode ativar em você não somente suas dores, mas abrir

a porta para acessar suas forças. Se sabe, parabéns! Mas o que está sendo feito com essa informação? Está trabalhando esse medo ou fugindo dele?

O ENEAGRAMA



Simbolicamente representado por uma estrela de nove pontos, o eneagrama é um símbolo de transformação humana e social que desperta o olhar para nossas sombras e luzes. Cada ponta representa um tipo de personalidade, um medo, uma essência e vários caminhos de desenvolvimento. As personalidades são representadas por números como uma forma de não criar vícios, estigmas ou preconceitos sobre os nomes delas. Cada uma se conecta às outras e forma um mapa que revela nossa história, nossa consciência e nossas defesas no campo inconsciente. Compreender esse mapa e como ele pode mostrar os caminhos da sua paz interior conecta você à sua missão e ao seu propósito de vida, ao enfrentar seus medos e mostrar o potencial e o valor de superação e autovalorização que

O eneagrama é um símbolo de transformação humana e social que desperta o olhar para nossas sombras e luzes. Cada ponta representa uma personalidade, um medo, uma essência e vários caminhos de desenvolvimento.

pode gerar. Esse é o principal objetivo do processo de desenvolvimento humano por meio do eneagrama.

Cada medo faz parte de nós desde a infância, filtrando nossa forma de ver o mundo, nosso olhar sobre os fatos, as pessoas e os sentimentos ao nosso redor. São inúmeras as possibilidades de interpretações humanas diante de um mesmo acontecimento, e o eneagrama das personalidades compreende que essa amplitude pode ser dividida em nove formas de ver o mundo, de sentir a dor e de reagir a ela. Nós somos fruto do que escolhemos pensar, e o que escolhemos está dentro da nossa visão de mundo, que é nossa. Ninguém nos deu e ninguém tira. Mas ela pode ser amadurecida para gerar resultados mais positivos na nossa vida.

Então, a personalidade não muda! O que muda é seu nível de maturidade ao passar dos anos diante dela, sua aceitação diante das máscaras que construiu para se proteger da dor original da sua vida, o enfrentamento da sua dor, a leveza da sua alma quando encontra sua essência, pois, por trás de toda essa muralha de medo e mecanismos de defesa, existe uma luz que pode estar sendo despertada neste exato momento. Essa é a sua essência, é a origem leve e serena da sua alma, é o seu propósito e significado de vida sem prisões sociais e mentais.

Parece a visão do paraíso encontrar essa essência e virtude dentro de nós. Mas, para alcançar esse prazer, passamos por desafios, dores e necessidades que, em muitos momentos, tiram-nos do equilíbrio. Entenda como sua personalidade lida com essas dores no quadro a seguir. Identificar e compreender essas dores/medos e suas estratégias é parte do nosso processo de amadurecimento e sustentabilidade emocional. Cada dor também pode ser instrumento de conexão com aspectos positivos de si mesmo, se assim conseguir permitir e desenvolver. Mas essa identificação é só o começo de um processo contínuo, eterno e transformador. Seja sustentável dentro de si mesmo!

Qual medo você mais teme? Essa pode ser uma das chaves para entender seu tipo de personalidade.

Tipos	Medos/dores	Estratégia da personalidade	Essência a ser despertada
1	ERRAR, SER RUIM	Criticidade e cobrança consigo e com os outros	Fazer do mundo um lugar melhor, com respeito, justiça e disciplina
2	PERDER AMOR	Agradar o outro em demasia e esquecer de si	Levar amor, carinho e cuidado às pessoas
3	FRACASSO	Buscar resultados a qualquer custo e esquecer de si e dos outros	Desenvolver e fortalecer pessoas. Inovar. Motivar
4	NÃO SER ESPECIAL	Indiferença e cobrança ao outro, querendo ser visto e valorizado	Criar ações que façam a diferença e levem significado para o mundo
5	INCOMPE-TÊNCIA	Afastamento das pessoas, dos sentimentos e das experiências buscando conhecimento em demasia	Levar melhorias, resultados e ações práticas de mudança para o mundo
6	PERDER SEGURANÇA E APOIO	Dependência de regras, sistemas, poderes ou pessoas para se sentir forte	Transformar ideias, formas de pensar, salvar as pessoas de problemas e riscos
7	SOFRIMENTO	Fugir para o prazer e brincadeiras e não encarar os problemas	Levar felicidade, acolhimento, criatividade e prazer para o mundo
8	PERDER PODER	Criação de conflitos diretos e demonstração de força e poder	Fazer transformações intensas, fazer a energia fluir para o bem e realização
9	CONFLITOS	Fuga dos problemas, aceitando tudo que o outro quer e esquecendo de si mesmo	Ajudar as pessoas a se acolherem, reconhecer seus problemas e mediar conflitos

“É PRECISO QUE A SOCIEDADE ENTENDA QUE A QUESTÃO AMBIENTAL PRECISA SER LEVADA A SÉRIO, E ISSO ESTÁ NA MÃO DE TODOS NÓS, SEJA SOCIEDADE, SEJA GOVERNO; TODOS NÓS SOMOS RESPONSÁVEIS.”

Por Vivian de Sousa
@etisecobr

A política possui um papel fundamental para a proteção dos direitos e cuidados com o nosso país, e o Poder Público tem o dever de atuar com políticas públicas de forma eficaz na defesa do meio ambiente, para, assim, evitar a sua degradação, trabalhando em sua proteção, com o objetivo de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais para a sobrevivência de diversas espécies.

Nesse sentido, a participação da sociedade é fundamental para acompanhar e monitorar ativamente tudo o que ocorre nessa esfera, além de compreender o que está sendo feito e como os recursos públicos estão sendo usados.

Compete ao Poder Legislativo a formulação de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e que devem expressar a vontade do povo. Nossa sociedade e o Poder Executivo também podem atuar de maneira mais expressiva, ficando a cargo do Poder Judiciário o importante papel na concretização desse direito, trabalhando para proteger os cidadãos e o nosso meio ambiente.

Compreendemos que o principal caminho para que essa transformação aconteça é a educação. Por



Rodrigo Agostinho – Deputado Federal

ela, desejamos conseguir transformar para inovar e sustentar boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

O mundo vivencia, hoje, uma grande crise ecológica que atinge toda a humanidade, sendo acentuada a cada ano. A ETIS quer acompanhar e proporcionar um diálogo construtivo com as principais autoridades e os representantes que atuam no segmento. Com a visão de engajar e conscientizar as pessoas, conversamos com o deputado federal Rodrigo Agostinho, presidente da Frente

Parlamentar Ambientalista no Congresso. Confira a entrevista completa a seguir.

ETIS – Como foi a sua jornada para chegar até aqui? O que te levou a atuar na área política em defesa do meio ambiente?

Dep. Rodrigo Agostinho – Eu trabalho com o meio ambiente desde a adolescência, quando comecei a escrever cartas para as organizações que atuam na área. Me voluntariei e participei de muitas entidades, como a Fundação SOS Mata Atlântica e o Greenpeace. Aos 16 anos, resolvi fundar uma organização em minha cidade, que possui cerca de 400 mil habitantes. A sociedade civil não estava organizada para lutar e defender a natureza e o meio ambiente. Então, comecei, junto com amigos, a trabalhar em uma organização que cuidava da recuperação do rio Batalha (SP). Em um determinado momento entendi que, para continuar trabalhando na área ambiental, eu tinha que fazer algumas opções, e uma delas seria a possibilidade de trabalhar a questão ambiental dentro da política. Então, me candidatei a vereador pela primeira vez aos 18 anos; com pouco mais de 12 votos eu seria eleito. Nesse período, terminei a faculdade e continuei lutando pelo meio ambiente. Posteriormente, fui eleito vereador por dois mandatos; prefeito por dois mandatos; e, agora, estou aqui na Câmara, sempre trabalhando também com a questão ambiental, defendendo aquilo que eu acredito. Atualmente, presido a Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso. Nesses últimos dias, tivemos um embate muito intenso porque o agronegócio e outros setores econômicos acabaram aprovando um projeto de lei muito ruim para a área ambiental, que é uma nova lei de licenciamento.

ETIS – Como você avalia a experiência nesse mandato e qual a importância do trabalho realizado pela Comissão de Meio Ambiente?

Dep. Rodrigo Agostinho – Nos dois primeiros anos desse mandato, em que eu presidi a Comissão de Meio Ambiente, conseguimos aprovar 70 projetos de leis ambientais. Foi uma produção grande, um número muito expressivo de audiências públicas. Conseguimos trazer os principais temas para dentro da Câmara dos Deputados, onde nós debatemos vários casos, como: os acidentes de Mariana e de Brumadinho; o acidente do óleo; o problema do desmatamento da Amazônia; a destruição do Cerrado; as queimadas no Pantanal; o lixo, a falta de saneamento; e as questões ligadas às mudanças climáticas. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que ainda temos altas taxas de desmatamento. Nós precisamos ter políticas públicas para isso, precisamos fortalecer os órgãos ambientais e a sociedade civil, garantindo os direitos de comunidades indígenas tradicionais. A Frente Parlamentar atua muito no engajamento das pessoas, para que elas possam, de fato, se envolver com essas questões e ajudar no debate dos projetos. Muitas vezes a gente tem um problema porque as políticas públicas no Brasil acabam sendo feitas por pessoas que não estão lá, envolvidas com a sociedade, e não sabem o que está acontecendo. É importante sempre ouvir a população e construir as políticas de forma participativa.

ETIS – Quais são, atualmente, os principais projetos em tramitação na Câmara?

Dep. Rodrigo Agostinho – Os projetos mais importantes na Câmara dos Deputados são aqueles que atuam em duas áreas específicas, sendo uma delas no incentivo para que as políticas de comando e controle de fato aconteçam e a gente reduza a impunidade. A impunidade ambiental acontece em todos os sentidos: o caçador que é pego com a caça simplesmente vai para casa; o traficante de animais que, às vezes, é pego com milhares de pássaros e com um monte de animais dentro do carro acaba indo para casa e os animais vão para o

centro de triagem. As pessoas desmatam milhares e milhares de hectares e não acontece absolutamente nada. Então, há um pacote de projetos, vários dos quais eu sou o autor, para aumentar as penas dos crimes ambientais. Mas só isso resolve? Não! Nós também precisamos de uma política de incentivo para manter a floresta em pé, e aí entra mais um outro pacote de projetos de incentivos à economia da floresta. A floresta tem que valer mais em pé do que no chão. Existem projetos tramitando na Câmara também sobre a questão de resíduos sólidos e acordos internacionais assinados pelo Brasil, mas que ainda não foram ratificados pela Câmara, como a Emenda de Kigali. Estamos produzindo material importante sobre a questão de mudanças climáticas, em que o Brasil, no final do ano, terá que apresentar alguma coisa na Conferência de Mudanças Climáticas da ONU, a ser realizada em Glasgow, na Escócia. Também estamos produzindo uma política sobre mudanças climáticas. Eu tenho um projeto para incluir na Constituição Federal o direito de as pessoas terem um meio ambiente seguro e equilibrado. Nosso maior desafio é garantir os recursos para que essas políticas públicas aconteçam.

ETIS – O sr. poderia citar alguns projetos importantes que foram aprovados?

Dep. Rodrigo Agostinho – Nós aprovamos o projeto para pagamento de serviços ambientais para as pessoas que têm uma floresta e que as conservam poderem receber algo por isso; para quem trabalha com a restauração dessas florestas poder receber recursos, mudas, enfim, o que for necessário para fazer a restauração. Também aprovamos o Protocolo de Nagoya, um projeto muito importante que remunera as comunidades tradicionais indígenas pelo seu conhecimento tradicional referente à exploração da biodiversidade. Estamos trabalhando agora em uma série de outras medidas e em outros projetos, como o de mercado de

carbono; o projeto transformando as florestas em artigos econômicos que possam ser negociados; outros relacionados à exploração sustentável das florestas pelo turismo e à exploração de castanha e de alimentos como açaí; enfim, projetos que valorizem a floresta. Acho que essas são duas estratégias muito importantes.

ETIS – Existe algum trabalho da Câmara para ampliar o acesso à educação ambiental?

Dep. Rodrigo Agostinho – Um dos orçamentos aprovados pela Câmara é o da área de educação ambiental. Por ser um tema muito importante, nós precisamos engajar a população, precisamos mudar o comportamento das pessoas e necessitamos que existam recursos para isso. As pessoas precisam entender a importância da questão ambiental. Não basta ser uma educação meramente informativa; é necessário desenvolver nelas as habilidades para que haja o enfrentamento de todos esses desafios da sustentabilidade. Temos lutado para colocar recursos no Ministério da Educação e no Ministério do Meio Ambiente na área de educação ambiental. Trabalhamos muito quando o Ministério do Meio Ambiente resolveu acabar com a Secretaria de Educação Ambiental. Agora, estamos elaborando uma estratégia para colocar os recursos nos projetos orçamentários que tramitam. Todos os anos, são votados pelo menos três matérias orçamentárias, um plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Precisamos ter recursos, pois a gente não faz educação com leis, apesar de elas serem primordiais. Precisamos engajar a sociedade de certa forma.

ETIS – Quais são os principais desafios enfrentados hoje pelo setor ambiental?

Dep. Rodrigo Agostinho – Eu entendo que existe um conjunto de situações. Os órgãos ambientais

precisam ter a estrutura necessária para enfrentar os problemas, e nós precisamos que haja um fortalecimento das estruturas ambientais. Queremos avançar no ponto de vista de uma política pública para as cidades, os estados, o Distrito Federal e o governo federal. Nós não temos mais uma política ambiental sistematizada, colocada no papel, um plano nacional de meio ambiente. Isso não existe. Você tem estratégias importantes para algumas áreas, como a área de resíduos sólidos, mas faltam recursos necessários. Agora, houve uma decisão de implantar um novo marco regulatório de saneamento, que busca atrair investimentos privados para o setor, mas, de maneira geral, faltam políticas públicas consistentes. Quando a gente fala em meio ambiente, falamos da qualidade da comida que colocamos no prato, se vai ter mais ou menos veneno; da qualidade da água que a gente bebe; da qualidade do ar que a gente respira; do clima e de uma série de atributos importantes e que são essenciais à nossa sadia qualidade de vida. E aí também entra um papel importantíssimo da sociedade: se ela não estiver consciente, se não conseguir desenvolver as habilidades necessárias para enfrentar todos esses desafios com muita criatividade, também não vai cobrar o poder público para que as políticas ambientais aconteçam. Temos aí um desafio: precisamos que o poder público esteja preparado e que faça esse papel de conscientização, e que a sociedade esteja preparada para poder cobrar e fazer esse enfrentamento para mostrar ao poder público a importância desse tema. O Brasil tem 20% das espécies vivas do mundo, é a maior biodiversidade

conhecida. Para muitos grupos, ainda faltam pesquisas. Aproximadamente de 10% a 15% das aves do país não são conhecidas. Detemos 12% da água doce do mundo. Ou seja, um país que tem todas essas riquezas naturais, seis biomas terrestres e um sistema costeiro e marinho maravilhoso precisa ter uma política ambiental séria, e esse é um dos grandes desafios que a gente tem!

ETIS – Qual a sua mensagem para a nossa sociedade?

Dep. Rodrigo Agostinho – As pessoas podem fazer muito pelo meio ambiente: adotar práticas mais sustentáveis, separar seus lixos para a coleta seletiva, economizar energia elétrica, economizar água, plantar uma árvore na frente de casa e ter atitudes sustentáveis. Quando vamos ao supermercado, podemos escolher um produto que tenha certificação, que seja orgânico, que respeite a natureza. Quem mora no campo e na floresta pode ter uma responsabilidade maior com a questão ambiental. Um pescador não precisa pescar todos os peixes do mundo; ele tem o dever de respeitar os períodos de reprodução dos animais. Quem planta pode ter uma produção agrícola mais sustentável, com menos veneno, ou uma produção totalmente livre de venenos. Não basta só esperar que o governo faça algo por nós, é preciso fazer algo por você. É preciso que a sociedade entenda que a questão ambiental precisa ser levada a sério, e isso está na mão de todos nós, seja sociedade, seja governo; todos nós somos responsáveis.

NOVA DÉCADA PARA ACELERAR OS ESFORÇOS POR UM MUNDO MELHOR



Carlos RV Silva Filho

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) e presidente da International Solid Waste Association (ISWA).

O mundo vem observando o crescimento contínuo da geração de resíduos, e a tendência parece ser a mesma para os próximos anos em quase todas as regiões do planeta. Segundo dados das Nações Unidas e do Banco Mundial, em 2011, coexistiam, na Terra, cerca de 7 bilhões de pessoas, e a geração de resíduos urbanos por ano era de 1,3 bilhão de toneladas. A previsão apresentada por essas instituições mostra que, em 2050, haverá 10 bilhões de pessoas e uma geração de resíduos estimada em cerca de 3,4 bilhões de toneladas por ano. Isso significa que o crescimento da população será de 43% e a geração de resíduos triplicará. Enquanto isso, o planeta já apresenta sinais claros de estresse, com reduzida capacidade de renovação dos recursos naturais, apresentando eventos climáticos descontrolados e intensificados.

No momento em que estamos entrando em uma nova década, esse tipo de informação alerta para a necessidade de mais atenção para assuntos de meio ambiente, com o objetivo de garantir maior longevidade e melhor qualidade de vida em nosso planeta. Até porque essa não é uma década qualquer. De acordo com as Nações Unidas, esta é a década de ação para cumprir a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados por unanimidade por todos os Estados-membros das Nações Unidas, foram estabelecidos para viabilizar ações concretas direcionadas a vencer a pobreza, proteger a Terra e construir um mundo próspero e pacífico até 2030, o que nos dá quase dez anos para mobilizar esforços a fim de contribuir para o futuro que queremos.

É preciso concordar que estamos enfrentando notícias alarmantes a cada dia; porém, a situação é ainda mais preocupante se o atual sistema de gerenciamento linear de resíduos, que está presente em muitos lugares do mundo, continuar sem cobertura total de coleta e envio de resíduos indiferenciados para locais de disposição final, a maioria inadequada, causando enormes impactos ao meio ambiente e à saúde humana.

As questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável vêm assumindo maior importância na agenda dos diversos públicos, como os governos, as empresas e a sociedade, que buscam soluções adequadas para estimular o desenvolvimento econômico sem comprometer o meio ambiente, tendo adotado uma nova sigla para representar tal movimento: ESG, que remete a meio ambiente, responsabilidade social e governança, os mesmos princípios que pautam a mencionada Agenda 2030.

Nesse mister, é importante ressaltar que a gestão de resíduos tem um papel central para auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas em cada um dos 17 ODS, sendo um setor transversal para pra-

ticamente todos os demais setores da economia, com ações passíveis de serem integradas nos temas que estão postos para que essa Agenda seja possível. Diversas práticas e soluções já foram identificadas para permitir que este setor contribua decisivamente para o atendimento dos ODS.

Prevenção da geração, reciclagem, tratamento e recuperação (como materiais secundários e energia) de resíduos, combate ao lixo no mar, integração dos setores informais e combate ao desperdício de alimentos são algumas das práticas bem conhecidas que podem (e devem) ser maximizadas pela indústria de resíduos, em auxílio aos demais setores da economia (indústria, comércio e serviços) e às autoridades locais e regionais, com soluções sob medida e para propor melhorias nas políticas e nos sistemas atualmente adotados.

Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um plano de ação transversal, voltado para otimizar a recuperação e a utilização dos recursos existentes, com uma visão multidimensional, que leve em consideração aspectos ambientais, econômicos, sociotécnicos e políticos, além das mudanças comportamentais necessárias. Regulamentações claras e esquemas de conformidade e governança também estão pendentes de serem desenvolvidos, juntamente a estruturas financeiras e econômicas.

A adesão da sociedade à gestão sustentável e adequada de resíduos já é uma realidade em muitas partes do mundo desenvolvido, e alguns países em desenvolvimento estão seguindo mais de perto. Não há dúvida de que os benefícios emergentes de um sistema adequado de gestão e recuperação de resíduos representam uma conquista importante para o futuro da humanidade, sendo esta a década da ação.

EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS E SUSTENTABILIDADE EM EVENTO – CASACOR



Darlan Firmato
Arquiteto e gestor de
Sustentabilidade da CASACOR.

Mais do que uma macrotendência global, o bem-estar virou prioridade no cotidiano de milhares de pessoas nesses tempos de pandemia. Cuidados com a saúde física e mental substituíram as preocupações com a boa aparência. A pandemia também acelerou mudanças no consumo, seja a busca de consumidores por soluções mais holísticas, que envolvem maior consciência ambiental, seja a adoção de produtos e marcas comprometidas com o tema.

Grandes mudanças não ocorrem da noite para o dia. Portanto, repensar práticas, hábitos de consumo e sistemas produtivos requer um esforço conjunto que envolve muito mais do que reciclar o lixo doméstico ou ter uma composteira em casa. Não que essa atitude não seja louvável e necessária, mas a profundidade da questão vai muito além. Envolve, por exemplo, a obrigação de estarmos atentos a problemas complexos, como a mudança

“Se pensamos no que é realmente sustentável, o único modelo real que tem funcionado por longos períodos é o mundo natural.”

Janine Benyus

climática, além do desafio de atender às necessidades da crescente população mundial, mantendo as atividades econômicas sem exaurir ainda mais os recursos naturais do planeta. Atualmente, consumimos 70% a mais desses recursos por ano do que a Terra é capaz de reabastecer no mesmo período de tempo.

**TRANSIÇÃO É A PALAVRA-CHAVE,
E A ECONOMIA CIRCULAR É UMA
ALIADA NESSE CONTEXTO.**

Bem diferente do modelo linear, baseado em extrair/produzir/descartar, a economia circular busca minimizar a extração de recursos e maximizar sua reutilização. Isto é, visa utilizar produtos e materiais durante o máximo de tempo possível e com o máximo valor para que toda produção, energia, mão de obra e materiais empregados permaneçam funcionais. Para que isso seja possível, aposta-se na



Casa Contêiner 2019 – Cosentino: além de ser um excelente exemplo de minimalismo, mostra as possibilidades de uso do contêiner marítimo como residência.

Créditos: Marília Pellegrini.

manutenção da durabilidade, na reutilização, na remanufatura ou na refabricação e, como último recurso, a reciclagem. Claro que esses conceitos e sua aplicação envolvem colaboração da cadeia produtiva, inovação, pesquisa e desenvolvimento, design, gestão de resíduos e, principalmente, mudança de mentalidade sobre a economia e o meio ambiente.

A urgência em reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o aquecimento global encontra na economia circular uma aliada que pode impulsionar essa transição de forma integrada a outros setores, alguns grandes emissores de gases, como transportes, energia, indústrias de transformação e construção civil.

Segundo um estudo da Ellen MacArthur Foundation, realizado em 2019, se aplicássemos estratégias de economia circular a apenas cinco setores – cimento, alumínio, aço, plásticos e alimentos –, já eliminaríamos quase a metade das emissões que precisam ser reduzidas na produção de mercadorias. Seria possível, então, atingir a meta de redução da temperatura de 1,5 °C, estabelecida pelo Acordo de Paris de 2015. É interessante ressaltar que dos cinco setores citados, quatro são de materiais frequentes na maioria das construções.

A CASACOR São Paulo é um ótimo estudo de caso para o setor, pois tem toda sua estrutura montada em dois meses e desmontada após a exposição ao público. Reconhecida como uma mostra difusora de tendências do universo do morar, a CASACOR identificou que já praticava a economia circular, pois todo o mobiliário que compõe os ambientes é recolhido e devolvido para manutenção e venda. Segue, assim, as orientações de manutenção da durabilidade e da reutilização de materiais.

Ao desenharmos a Política de Sustentabilidade do evento (coordenada por mim em parceria com nosso consultor da Inovatech Engenharia), decidimos atacar o incômodo gerado pelo desperdício de muitos materiais de demolição das obras dos ambientes. Desta

forma, adotamos práticas e regras que pudessem ampliar o emprego dos conceitos da economia circular, estimulando nossos parceiros, arquitetos e construtores a desenvolver técnicas de desmontagem e aproveitamento dos produtos e dos materiais nobres expostos durante a mostra.

Ao longo dos últimos cinco anos, somamos muitas conquistas. Nas duas últimas edições do evento, banimos as construções em alvenaria de blocos e tijolos, pois esse entulho mostrou-se ser um importante fator de geração de resíduos, absolutamente dispensável para construções temporárias. Assim, os arquitetos e seus construtores vêm desenvolvendo projetos inusitados, alguns com a adoção de técnicas de bioconstrução, resgatando práticas tradicionais, como a taipa e o superadobe, conciliadas com sistemas contemporâneos.

Atenta aos conceitos da economia circular, a CASACOR São Paulo trata seus resíduos como

Transição é a palavra-chave, e a economia circular é uma aliada nesse contexto.

nutrientes que são reaproveitados ao máximo. O índice de desvio de aterro sanitário passa dos 99%. Esse número é inédito no Brasil, sobretudo por se tratar de uma obra que gera, em média, 2.000 toneladas de resíduos por edição. Essa conquista se deve às práticas adotadas ano a ano.

Além da gestão de resíduos e da valorização deles, atualmente executada pela Polzer Ambiental, promovemos a otimização de consumos de água e energia, doamos mais de 146 toneladas de produtos diversos para ONGs e, em 2019, fizemos a compensação de 100% das emissões de CO².



*Casa Sustentável 2018 – Leroy Merlin: retrofit feito em casa existente.
Créditos: Larissa Oliveira e Gabriela Lotufo.*

Nada disso teria sido possível sem um afinado trabalho em equipe e a condição de estarmos sediados em São Paulo, cidade que oferece oportunidades para que os materiais de construção tenham destino adequado. Os índices de reciclagem no Brasil vêm aumentando, mas continuam muito baixos se considerarmos o potencial do país em converter todo o resíduo gerado em oportunidade de negócios e de emprego, além de promover um impacto positivo no meio ambiente.

Uma pesquisa recente do banco ING revelou que 60% dos CEOs norte-americanos pretendiam adotar sistemas de economia circular nas suas empresas. Isso demonstra que o assunto já é pauta de grandes empresários, atraídos, certamente, pelas boas oportunidades lucrativas. Esse sistema de economia circular promove novas demandas por serviços, crescimento e empregos, mais segurança no fornecimento de matéria-prima, redução de custos de materiais etc.

Entretanto, as estratégias devem ser traçadas a partir do envolvimento de todos: a consciência de consumo da sociedade; a responsabilidade do setor privado de inovar e apresentar soluções e novos materiais; e, ao Estado, cabe adotar políticas públicas, fazer cumprir a legislação e executar a gestão eficiente dos resíduos.

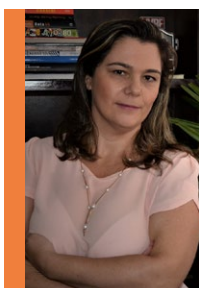
A menos que mudemos drasticamente a forma de produzir e de consumir, não será possível deter a mudança climática e seguiremos nesse caminho que compromete nossa sobrevivência no planeta. Assim, voltamos ao início da nossa fala, que detectou a premência de repensarmos nosso modo de vida com o objetivo de alcançarmos o bem-estar.

Por menor que seja a sua atitude, comece a pensar e a agir em prol dessa transição. Não existe outra maneira de viver de forma sustentável em nosso belo planeta se não promovermos uma revolução total na forma como geramos e calculamos o valor que é mais importante: a vida!



*Casa Sustentável 2018 – Leroy Merlin: retrofit feito em casa existente.
Créditos: Larissa Oliveira e Gabriela Lotufo.*

MARKETING E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO



Josiane Benedet

Jornalista estrategista de mídias digitais. Atua como mentora e consultora de comunicação e conteúdo para empresas e profissionais da área ambiental. Sócia da Eco Mundi Consultoria e Gestão e coordenadora de Comunicação e Planejamento de Marketing do Instituto Eco Habitat.

Com criatividade, pequenas e médias empresas podem se destacar e conquistar o consumidor consciente



A pauta ambiental nunca esteve tão em alta como agora, e veio para ficar. A Agenda 2030, com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e os esforços mundiais no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas voltam ao protagonismo com o retorno dos Estados Unidos ao Acordo de Paris. Governos, empresas e sociedade civil caminhando no mesmo sentido para minimizar os impactos e tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade em todo o planeta Terra.

Neste sentido, consumidores também estão mais conscientes e muitos deixam de comprar de empresas que não estão alinhadas com a sustentabilidade, priorizando produtos e serviços de quem têm responsabilidade socioambiental. De olho nesse consumidor, as corporações têm investido não apenas nas adequações e nas

conformidades, mas, também, em *marketing* ambiental e usado a ferramenta para aumentar suas vantagens competitivas.

Cada vez mais as pessoas se conectam às marcas por meio de seus valores, e com as necessidades de uso consciente dos recursos naturais isso está mais intrínseco. Porém, muitas marcas vão além de apenas vender e criam uma mudança de hábito, mudança de cultura da nossa sociedade. Isso está acontecendo em corporações que utilizam a educação ambiental por meio da comunicação interna e do *endomarketing* para conscientizar e engajar colaboradores e gestores, que levam esses valores para suas casas e, junto a suas famílias, adotam e disseminam hábitos sustentáveis, como separação dos resíduos, compostagem, reutilização de embalagens, redução no consumo de energia e de água, entre outros.

Você deve estar pensando: mas isso é apenas para grandes empresas, que têm muitos recursos...

Não! Tanto o *endomarketing* quanto o *marketing* externo focado em sustentabilidade podem fazer parte das estratégias de empresas de qualquer porte. Com criatividade e ações simples, mas que geram resultado, qualquer instituição pode usar as ferramentas do *marketing* ambiental. Além de se tornarem mais competitivas, estão contribuindo com as metas para tornar a Terra um planeta mais sustentável.

E QUANDO NÃO FAZER?

Com tantos benefícios que o *marketing* ambiental proporciona, muitas empresas estão adotando essa estratégia como diferencial, mas há um ponto importante que deve ser observado: a empresa realmente está adequada? Atende à legislação ambiental? Procura estratégias e inovações para o uso consciente dos recursos, diminuindo o impacto de sua atividade?

O discurso que não condiz com a prática é chamado de *greenwashing* (lavagem ou maquiagem verde) em razão da caracterização de ações enganosas.

Atualmente, com a rapidez da divulgação e o acesso a informações, uma campanha enganosa pode ser descoberta facilmente e comunicada ao grande público gerando impactos de mercado, como prejuízo de imagem, redução de credibilidade, perda de clientes, entre outros. Então, antes de começar a usar o *marketing* ambiental como estratégia, é preciso fazer um levantamento e as adequações necessárias, para só então usar essa ferramenta.

5 DICAS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ADOTAREM O MARKETING AMBIENTAL

1. Certifique-se de que a empresa cumpre plenamente a legislação e as normas ambientais, e que trabalha com práticas sustentáveis em todas as fases envolvidas em sua atividade;
2. Elabore a política socioambiental com os princípios e os valores ambientais que norteiam a empresa;



3. Promova o engajamento dos colaboradores por meio de ações internas e externas sobre o uso de papel reciclado, a gestão dos resíduos sólidos, as estratégias adotadas para minimizar ou neutralizar qualquer impacto ambiental que possam causar, promovendo, assim, uma mudança de comportamento e o verdadeiro desenvolvimento sustentável;
4. Depois que os colaboradores estiverem conscientizados e com o discurso alinhado ao da empresa, é a vez de levar o tema para fora. Pode ser realizado um trabalho com a comunidade no entorno, por meio da promoção de palestras (neste momento de pandemia, podem ser lives) de educação ambiental;
5. Não esqueça que as mídias digitais devem ser aliadas. Inclua no site da empresa uma aba de sustentabilidade ou responsabilidade socioambiental e coloque ali a política ambiental, bem como textos com dicas de educação ambiental. Já nas redes sociais pode-se estabelecer um planejamento de postagens semanais sobre o tema ambiental.

Lembre-se de que as pessoas são os verdadeiros agentes de transformação dentro da organização. Antes de iniciar ações externas de marketing ambiental para cativar o consumidor, é preciso fazer a lição dentro de casa e cativar primeiro o cliente interno de forma contínua e coerente.

De olho nesse consumidor, as corporações têm investido não apenas nas adequações e nas conformidades, mas, também, em marketing ambiental e usado a ferramenta para aumentar suas vantagens competitivas.

As pessoas são os verdadeiros agentes de transformação dentro da organização. Antes de iniciar ações externas de marketing ambiental para cativar o consumidor, é preciso fazer a lição dentro de casa e cativar primeiro o cliente interno de forma contínua e coerente.



DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA BIODIVERSIDADE EM PROL DE PARCEIROS ECOEFICIENTES



Rafaela Benevides

Doutora em Direito Público pela Universidade de Coimbra. Representante da OAB/SJBV/SP na área de parcelamento e utilização do solo. Membro do Condema/SJBV. Professora, avaliadora e revisora de periódicos científicos. Consultora e advogada ambiental.

A preocupação do Direito Ambiental com a sustentabilidade na utilização de serviços da biodiversidade é irreversível.

Trata-se, assim, de preocupar-se com os benefícios humanos, materiais e imateriais, provenientes não só da existência, mas, principalmente, da boa manutenção dos ecossistemas, o que inclui:

os **serviços de provisão**, que são benefícios provenientes de produtos naturais, como alimentos, água, madeira e plantas medicinais; os **serviços reguladores**, que são benefícios provenientes de serviços de ecossistema, tais como regulação climática, proteção de bacias, proteção da costa, purificação da

O mercado exige parceiros ecoeficientes.

água, sequestro de carbono e polinização; os **serviços culturais**, que são valores religiosos, turismo cultural, educação e herança cultural; e os **serviços de suporte**, que são conservação de solo, ciclo de nutrientes e produção primária (DING *et al.*, 2016, grifos meus).

Seguindo a linha de entendimento de Paulo de Bessa Antunes sobre a interdependência que, de fato, existe entre o Direito Ambiental e a ordem econômica e financeira, defende-se que o “Direito

Ambiental se encontra no coração de toda atividade econômica, haja vista que qualquer atividade se faz sobre a base de uma infraestrutura que consome recursos naturais, notadamente sob a forma de energia” (ANTUNES, 2013, p. 13).

Desse modo, conforme preconiza o art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, e o art. 2º da Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, a defesa do meio ambiente, como um dos princípios do nosso ordenamento jurídico, deve ser reforçada.

A tendência moderna de concepção de um instituto pelo Direito, precisamente pelo Direito Ambiental, não se atém apenas a aspectos legais, nem a concepção de uma atividade pode ater-se apenas aos aspectos puramente econômicos. O Direito, há tempos, atrai outros valores e perspectivas. É sob esse viés que se desenvolve o presente texto e, por isso, desde logo, afirma-se: o mercado exige parceiros economicamente eficientes, ou melhor, ecoeficientes!

Acredita-se, nesse tom, que a eficiência econômica, com a produção de bens e a redução de matéria-prima, deve ser prioridade para aqueles parceiros – executivos, gestores e técnicos – das áreas públicas e privadas, que atuam nas atividades que afetam, de forma direta, indireta, mediata ou imediatamente o meio ambiente.

A ecoeficiência tem um papel a desempenhar na qualidade dos serviços, dos produtos e do ambiente de trabalho dos diversos segmentos econômicos.

Não obstante, apesar de sabermos (teoricamente) que há um estoque limitado de capital natural, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de parceiros capazes de utilizar de forma equilibrada os serviços ecossistêmicos continuam sendo metas distantes. Por vezes, resta ainda o seguinte questionamento:



como os alcançar? A resposta não pode vir de forma imediata, porque desenvolver e aperfeiçoar tais profissionais constitui tarefas espinhosas.

Em todo caso, concorda-se inteiramente com Édís Milaré sobre a sustentabilidade como eixo de equilíbrio. Para ele, nessa crise que protagonizamos, a economia deve se deter “onde é imperioso deter-se, ou seja, nos seus próprios limites” (MILARÉ, 2018).

Por exemplo, o complexo relatório produzido por mais de 1.300 peritos de diferentes países, denominado “Avaliação do Milênio dos Ecossistemas: vivendo para além das nossas possibilidades”, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), trouxe reflexões importantes. As principais ideias lançadas pela avaliação tiveram como meta identificar soluções para atenuar a insustentável relação do homem com o meio ambiente, e, por conseguinte, tais soluções passam por:

- (1) Mudança do contexto econômico das decisões, garantindo que o valor de todos os serviços dos ecossistemas (e não apenas aqueles que são comprados e vendidos no mercado) são tidos em consideração nas decisões;
- (2) Supressão dos subsídios das práticas agrícolas, piscícolas e energéticas que causam danos às pessoas e ao ambiente;
- (3) Introdução de pagamentos aos proprietários dos solos em troca de uma gestão

compatível com a proteção dos serviços ecossistêmicos com valor para a sociedade; tais como a qualidade da água e a armazenagem de carbono;

- (4) Estabelecimento de mecanismos de mercado que utilize nutrientes de forma equilibrada e as emissões de carbono de forma mais eficiente (THE MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

Certamente, a necessidade de se desenvolver e de aperfeiçoar parceiros mais responsáveis e resilientes ao ecossistema só aumenta a cada dia. Trata-se, por um lado, de uma mudança holística, paulatina e calcada em valores diferentes, e, por outro, de um olhar para o outrem, como as futuras gerações, e de um pensar em longo prazo. Por isso, o Direito Ambiental tem o condão de guiar os parceiros por caminhos consistentes e ambientalmente favoráveis.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, P. B. *Direito ambiental*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- DING, H. *et al.* *Climate Benefits, Tenure Costs*. Washington: WRI, 2016. Disponível em: <http://www.wri.org/publication/climate-benefits-tenure-costs>. Acesso em: 12 maio 2021.
- MILARÉ, É. *Direito do Ambiente*. 11. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Thomson Reuters; Revista dos Tribunais, 2018.
- THE MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. *Living beyond our means*. Natural Assets and Human Well Being. [S.l.]: The Millennium Ecosystem Assessment, 2005. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.429.aspx.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

A ARTE COMO FERRAMENTA PARA O ALFABETIZAR ECOLÓGICO



Gabriela Diaz
Arte-terapeuta, artista e professora de artes.

“A arte, a natureza, o corpo humano e a psique humana estão tão intimamente relacionados que é impossível pensar em um sem ser lembrado do outro.”

Marshall McLuhan

Educar para a sustentabilidade envolve uma reorientação da nossa visão de mundo, pois devemos ver a educação como espaço de inserção do indivíduo, não em uma comunidade local, mas em uma que seja local e global ao mesmo tempo, isto é, em uma aldeia global. Essa comunidade é vibrante e sustentada por uma teia de relações. Dessa forma, constitui-se como uma população consciente das inter-relações com o meio ambiente. É importante ressaltar que a humanidade dependerá de uma alfabetização ecológica para sua própria sobrevivência, e que o desligamento psicológico da sociedade atual com a natureza é o ponto de partida para começarmos a repensar o nosso sentido quanto aos seres humanos.

Nos últimos anos, por meio do meu ofício educacional, estive sistematicamente em contato com problemas relacionados à ausência de uma educação sustentável e ambiental no currículo básico.



A partir do meu trabalho como arte-terapeuta e professora de artes, da educação infantil ao ensino médio, foram suscitados muitos questionamentos ligados ao universo da sustentabilidade, como, por exemplo, da ativista Greta Thunberg: “Para que devemos ir à escola se não teremos um futuro?”.

Partindo dessa premissa e em paralelo ao momento atual pandêmico da humanidade, percebi o quanto as propostas expressivas, de cunho artístico, conectadas aos conceitos de sustentabilidade no ambiente educacional, demonstram resultados positivos para a inquietude da psique humana. Como ressalta Roszak (1992), o elo entre ecologia e psicologia evidencia que a ecologia está para a psicologia, assim como a psicologia está para a ecologia. Essa união está estabelecida pela concepção do eu ecológico, que é chamada, pelo historiador,

de “ecopsicologia”, expressando a conexão profunda entre os dois campos. De acordo com o autor, o vínculo entre uma percepção ecológica de mundo e o comportamento corresponde não é somente uma conexão lógica, mas psicológica.

Para Capra (2006), “a lógica não nos persuade de que deveríamos viver respeitando certas normas, uma vez que somos parte integral da teia da vida. No entanto, se temos a percepção (ou a experiência) ecológica profunda de sermos parte da teia da vida, então estaremos (em posição e deveríamos estar) inclinados a cuidar de toda natureza viva”. Essa percepção acontece, pois a ecologia profunda (pensamento filosófico de Arne Naess) aflora de forma integrativa e positiva a percepção ambiental do indivíduo, evidenciando, a partir da retomada de consciência do ser humano pelo ambiente, o



Partindo dessa premissa em paralelo ao momento atual pandêmico da humanidade, percebi o quanto as propostas expressivas de cunho artístico conectadas aos conceitos de sustentabilidade no ambiente educacional demonstram resultados positivos para a inquietude da psique humana.

que vai interferir na forma com que o homem interage e protege a natureza, reconhecendo-a como extensão de seu próprio corpo.

Sendo assim, as propostas expressivas/artísticas, de algum modo, sensibilizam o ser humano. A “arte” (livre do julgamento estético) pode auxiliar de forma construtiva as premissas de uma educação sustentável. Devido à capacidade de sensibilização promovida pela arte (liberdade expressiva por meio de ferramentas artísticas), as propostas educacionais artísticas são uma das possibilidades que favorecem a comunicação necessária para o encontro do ser humano com seu inconsciente e, conseqüentemente, podem mobilizar um olhar emotivo/sensível para com a natureza. Para estimular e propiciar esse olhar sensível, pode-se usar a dança, o ato teatral, a música e as criações plásticas (escultura, pintura, colagem, desenho, entre outras expressões manuais) como diálogo de pertencimento ao ambiente natural, sendo uma opção plausível. Antes de saber ler e escrever, a criança precisa ser alfabetizada ecologicamente: “Ser ecologicamente alfabetizado, ou “ecoalfabetizado”, significa entender os princípios de organização de comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis” (CAPRA, 2006).

Para Arne Naess (1973) , o único jeito de sensibilizar o homem para o problema ambiental é dar a ele, desde criança, a chance de entrar em contato com a

natureza. Não importa se esse contato será feito em um pequeno pedaço; o importante, de fato, é que esse pedaço não esteja sob o domínio do homem, que seja uma natureza selvagem, intocada pela mão transformadora e degradadora do racionalismo humano. Assim, pode-se dizer que “a Terra educa”. Portanto, é importante inserir as crianças em ambientes naturais e deixá-las se expressarem livremente. Esse primeiro contato com a Terra (seja com o mar, seja com a lama, seja com o rio ou seja com a mata, reconhecendo essa biodiversidade como um organismo vivo), por ventura, gerará esse pertencimento.

Portanto, as ferramentas expressivas artísticas entram no contexto da alfabetização ecológica de forma lúdica para retomar alguns diálogos, vivenciados no ambiente selvagem, para que seja “efetivada” sua autoconscientização, tornando essa experiência parte do seu próprio repertório de mundo, culminando na formação de cidadão planetário – termo que surge com novo paradigma na construção do saber humano. Tendo tido contato na infância, na adolescência, existe uma grande chance de essa criança não se render às ilusões do sistema consumista que nos leva a tal sociedade decadente econômica e psicologicamente.

Dessa forma, aprender a agir ecoalfabetizado será, em consequência, a maneira de reinventar e recriar novas realidades das múltiplas formas possíveis com a busca pelo equilíbrio dinâmico que os seres levam consigo. Sendo assim, significa o desenvolvimento das próprias habilidades com potencialidade para a total sustentabilidade do “eu” nos níveis pessoal, social, ecológico e expressivo.

REFERÊNCIAS

- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ROSZAK, Theodore. *The Voice of the Earth: an exploration of ecopsychology*. New York: Simon & Schuster, 1992.
- NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry*, v. 16, n. 1, p. 95-100, 1973.

RESÍDUOS QUÍMICOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RQSS)



Antônio de Oliveira Siqueira

Professor de pós-graduação no Instituto IATES e no Instituto Roko, diretor e responsável técnico da Prolab Ambiental e conselheiro da ETIS – Educação, Transformação, Inovação e Sustentabilidade.

Os resíduos de serviços de saúde (RSS) são aqueles gerados em ambientes de assistência à saúde, sendo classificados em cinco grupos:

Grupo A – risco biológico;

Grupo B – risco químico;

Grupo C – risco radiológico;

Grupo D – resíduos com características domiciliares;

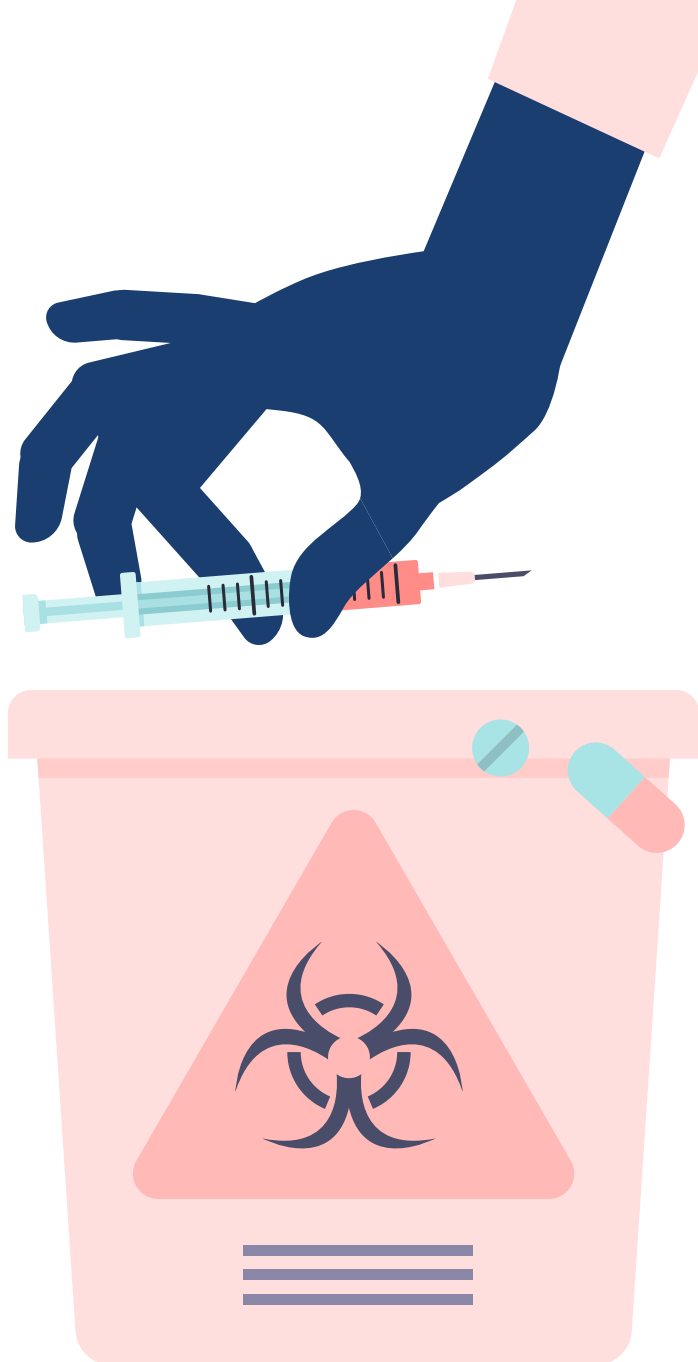
Grupo E – perfurantes ou cortantes.

Apesar da sua suposta menor participação e embora a principal discussão dê-se sobre os resíduos infectantes, os resíduos químicos de serviços de saúde (RQSS), pertencentes ao grupo B, possuem um significativo potencial de dano ao ambiente e ao ser humano por conta de suas características de toxicidade, reatividade, inflamabilidade e/ou corrosividade.

Para a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), os resíduos químicos provenientes de estabelecimentos de serviços de saúde são os resultantes de atividades de assistência à saúde, podendo ser: “[...] produtos químicos impróprios para uso (vencidos ou alterados), frascos ou embalagens de reagentes, sobras da preparação de reagentes e resíduos de limpeza de equipamentos e salas” (SÃO PAULO, 2003, p. 2).

Diante disso, considera-se como primordial a gestão adequada desses ambientes, de modo que os riscos sejam mitigados, merecendo destaque o conteúdo da Resolução SMA no 33/2005, que exige das unidades de saúde (art. 5º, parágrafo 3º) a elaboração de um plano de gerenciamento desses resíduos de acordo com a Norma Cetesb P4.262 – Gerenciamento de Resíduos Químicos Provenientes de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Procedimento), a ser submetido à avaliação da Cetesb (SÃO PAULO, 2005).

Apesar de se tratar de exigência nos âmbitos nacional e estadual, a implementação dos planos de gerenciamento apresenta restrições relacionadas ao manejo dos resíduos, principalmente por causa da formação dos recursos humanos, que é um grande desafio a ser enfrentado na implementação dos sistemas de gestão.



A capacitação dos profissionais é crucial para o sucesso dos planos de gerenciamento.

Além de um treinamento inicial, é condição de sucesso para a manutenção do plano o treinamento continuado das partes envolvidas, de tal forma que seus efeitos assegurem a eficácia no gerenciamento. Tal treinamento deve: garantir o cumprimento das normas e das rotinas de procedimentos preestabelecidas; possibilitar mais segurança, diminuindo o número de ocorrência de acidentes de trabalho; capacitar o funcionário para atuar como multiplicador das informações recebidas; e contribuir para a melhoria contínua na qualidade do serviço prestado.

Evidenciando a preocupação que vem tomando corpo, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aprovou a Norma Regulamentadora (NR) 32, que tem como objetivo o estabelecimento de “diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral” (BRASIL, 2005, p. 80).

Em seu conteúdo, a NR 32 trata dos “Riscos químicos” e “Dos resíduos” (BRASIL, 2005, p. 81-83) de maneira especial, em que são abordadas as questões relativas aos resíduos produzidos de maneira relevante. Fica evidente o cuidado com a capacitação dos profissionais para o sucesso dos planos de gerenciamento, cabendo essa tarefa ao empregador de modo inicial e de forma continuada.

Por fim, devemos considerar que o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde seja um instrumento capaz de minimizar ou até impedir os efeitos adversos por eles causados, do ponto de vista sanitário, ambiental e ocupacional; porém, é indispensável que o processo de implantação e implementação seja feito com base na educação e na capacitação das pessoas envolvidas direta e indiretamente.

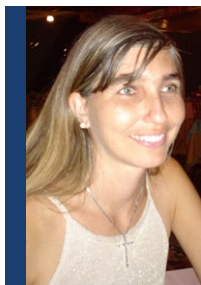
REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria no 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora no 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde). *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 219, p. 80-94, 16 nov. 2005.

SÃO PAULO (Estado). Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo. *Gerenciamento de resíduos químicos provenientes de estabelecimentos de serviços de saúde: procedimento – P4.262*. São Paulo: Cetesb, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA 33, de 16 de novembro de 2005. Dispõe sobre procedimentos para o gerenciamento e licenciamento ambiental de sistemas de tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde humana e animal no Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 115, n. 215, 17 nov. 2005.

EDUCAÇÃO E ECOLOGIA: UMA VISÃO SISTÊMICA



Renata F. Dalla Bernardina

Engenheira civil, consultora e autora de livros técnicos para EaD nas áreas de Engenharia, Sustentabilidade e Educação. Facilitadora do curso “Educação e Ecologia: reflexões e práticas para o bem viver”.

Por muito tempo, a visão mecanicista, que aborda a realidade em partes que supostamente compõem o todo, compreendendo-a de forma estática, teve forte influência na maneira como lidamos com o mundo que nos cerca, assim como com as relações humanas.

Contudo, diferente dessa concepção, o modelo sistêmico, que surgiu no século XX, trouxe à tona uma visão científica sobre a vida, que compreende o mundo como um processo, e não como uma estrutura estática, e que leva em consideração a espiritualidade, a subjetividade, a interação e a interdependência de seus elementos.

Vários acontecimentos, tais como a pandemia do coronavírus ou os movimentos migratórios mundiais, têm demonstrado que essa visão mostra-se cada vez mais verdadeira e relevante para compreendermos a vida em sua diversidade e complexidade.

As diferentes ciências também têm cada vez mais se interligado e buscado compreender as várias dimensões que compõem o tecido da vida, e, nesse cenário, a educação e a ecologia, de forma conjunta, estão inseridas e colaboram de maneira significativa.

A ecologia, por si só, constitui-se em uma ciência que busca estudar a relação dos seres vivos com o meio que os cerca, sendo, em essência, interdisciplinar. Além disso, as diferentes áreas com as quais interage apenas reforçam a compreensão de que a ecologia, cujo nome tem origem do grego





– estudo da casa –, refere-se à casa considerando várias dimensões.

A partir dessa ótica, a ecologia, portanto, também pode ser vista não apenas a partir do estudo científico da distribuição dos seres vivos ou da história natural. Essa ciência passou a abordar, com maior ênfase, o modo com o qual lidamos com a “nossa casa”, de maneira mais abrangente. Vários ramos da ecologia exemplificam essa riqueza de abordagens, tais como: ecologia humana, ecologia social, ecologia ambiental.

A ecologia, portanto, tornou-se uma questão central para a humanidade, despertando para a necessidade de respeitarmos o meio no qual vivemos. Nesse sentido, a educação assume papel fundamental.

A educação confere aos indivíduos e às sociedades a oportunidade da formação e da transformação para lidar com o mundo, proporcionando uma postura que permita nele viver e intervir de forma a colaborar para a valorização da vida, em todas as suas dimensões.

A educação é algo dinâmico, que lida com as diferentes situações da vida e prepara as pessoas e a sociedade para interagirem de forma colaborativa e harmoniosa com o que se apresenta.

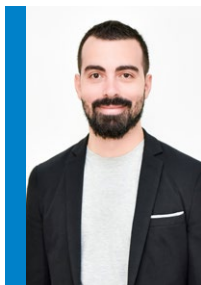
Nesse sentido, cada vez mais a educação que privilegia as diferentes dimensões do ser tem se tornado fundamental, e, por isso, ocupa, atualmente, vários espaços, seja em instituições de ensino ou não (formal e informal), de forma presencial ou a distância, demonstrando a relevância da formação dos indivíduos.

A proatividade, a criatividade e as habilidades emocionais são exemplos de elementos fundamentais para a educação do século XXI e demonstram que a transmissão de informações não bastará para que os indivíduos se posicionem em um mundo cada vez mais desafiador.

Há que se compreender, portanto, que ambas – educação e ecologia – trabalham em prol da vida e com ela atuam.

A humanidade necessita se educar para viver de forma a reconhecer a importância da casa que habita, ao mesmo tempo em que a ecologia, a todos os momentos, abre espaço para lições que transcendem os meios formais de educação, possibilitando, assim, uma educação para a vida, contemplando as várias dimensões dos seres humanos e a inter-relação entre todos os seres.

COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE



J. Antônio Cirino

Comunicólogo, gestor de qualidade, professor e pesquisador. Doutor em Comunicação e Sociabilidade, com pós-doutorado em Comunicação e Cultura. Autor do livro "Gestão da Comunicação Hospitalar" e coordenador científico do "Manual do Gestor Hospitalar", volumes 1 e 2.

A sustentabilidade não é só um tema que está em moda nas ações de *marketing* das organizações. É a única forma de pensarmos na perenidade da sociedade. Repensar as práticas individuais e coletivas torna-se, então, fator essencial visando à continuidade da humanidade.

Considerando que as empresas têm impactos específicos para o meio ambiente e para o convívio social e econômico, elas devem se estabelecer como um espaço profícuo para a disseminação de uma nova consciência voltada a reconstruir os modos de produção e, ainda, servir como disseminadoras deste tema.

Mas como transformar a organização em que você atua para ser sustentável? Entre as várias ações necessárias, vamos conversar de modo específico sobre a

comunicação. A implantação de uma cultura de melhoria de processos e desenvolvimento das pessoas para um futuro ambiental, social e economicamente responsável exige um efetivo planejamento comunicacional, utilizando de ferramentas próprias para essa estruturação.

Tudo começa com a edificação do planejamento estratégico empresarial. Ao declarar, em sua identidade organizacional (missão, visão, valores e propósito), temas que sejam coerentes às práticas de sustentabilidade, a empresa proporcionará a validação necessária para estes assuntos tornarem-se prioritários na agenda dos líderes e colaboradores. Isso se desdobra na identidade visual e no branding da instituição, com uma marca forte e que declare formalmente seu papel responsável para a sociedade.



A sustentabilidade passa a integrar a estratégia prioritária da marca, pautando novas discussões e modificando o cenário no qual está inserida.

A partir disso, a elaboração de um plano de comunicação fundamenta qual o objetivo com essas ações para a mudança de cultura; os públicos internos e externos a serem engajados; os meios, os canais e as estratégias a serem utilizados; bem como o argumento que será trabalhado – de que forma a sustentabilidade se alinha à marca, por exemplo. Ao formalizá-lo, sua execução mensal deve ser acompanhada pela alta direção da organização, promovendo possíveis ajustes e melhorias no escopo das campanhas e peças divulgadas. Ressalta-se que ações de responsabilidade socioambiental são bem-vindas, contribuindo para expandir a melhoria de comunidades e o meio ambiente no qual a organização está inserida.

Comunicar a sustentabilidade perpassa a mudança da mentalidade interna da empresa, com novas práticas e posturas diárias que podem ser fortale-

cidas por meio de sensibilizações comunicacionais, devendo ter investimentos próprios que, em médio e longo prazos, também serão autossustentáveis pelos impactos em reduções de desperdícios e na ampliação da participação no mercado e na mente dos públicos.

Sendo assim, longe de ser apenas mais uma campanha temporária, a sustentabilidade passa a integrar a estratégia prioritária da marca, pautando novas discussões e modificando o cenário no qual está inserida. Neste sentido, se o local em que você trabalha ainda não tem a sustentabilidade como um valor essencial e atua com um plano de comunicação efetivo, aliado às políticas ambientais e de comunicação estratégica, chegou a hora de colocar isso na pauta e acompanhar as grandes marcas nessa jornada inevitável e crucial.

UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE URBANO



Luiz Gonzaga Alves Pereira
Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre).

Em meio aos impactos da gravíssima e triste pandemia de Covid-19, o Brasil produz notícia importante para a preservação da saúde pública e da qualidade ambiental. O trabalho que vem sendo feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde o lançamento do Programa Lixão Zero, em 2019, já contabilizou mais de 600 lixões que deixaram de ser utilizados no país. Numerosas prefeituras, em função do apoio e do incentivo que receberam da pasta, passaram a destinar corretamente os resíduos, encaminhando-os para aterros sanitários públicos ou privados próximos de suas cidades.

O renovado Marco do Saneamento (Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020) é também instrumento que está cumprindo missão importante, ao estimular os municípios a gerenciarem a relevante questão dos resíduos de modo adequado. Entretanto, o fim da utilização dos lixões não significa, necessariamente, a

extinção deles. Há 3.256 existentes no país; incluindo os 600 que já deixaram de receber resíduos, todos permanecem intactos. Serão necessários recursos financeiros expressivos para a efetiva erradicação, bem como a descontaminação das áreas que ocupam.

O Brasil tem uma oportunidade histórica de promover expressivo e irreversível avanço no meio ambiente urbano!

À medida que forem realizadas novas licitações para os serviços de coleta e destinação dos resíduos, previstas pela nova lei, com livre participação da iniciativa privada, esses investimentos irão se viabilizando. O novo modelo terá resultados efetivos e significativos, pois, hoje, muitos sistemas de água, esgoto e gestão de resíduos sólidos urbanos (RSUs) são regidos por antigos contratos entre prefeituras e empresas estatais, sem concorrência pública, com prejuízo à qualidade e pouco aporte de recursos em modernização e eficiência.

Assim, o Brasil tem oportunidade histórica de promover expressivo e irreversível avanço no meio ambiente urbano, a partir do Programa Lixão Zero, e, agora, com o renovado Marco do Saneamento e a manutenção, pelo Congresso Nacional, dos vetos presidenciais a itens que mitigavam sua eficácia. A Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre) lutou muito para a



aprovação e a manutenção do texto em consonância com os interesses maiores da sociedade, da sustentabilidade e da economia nacional.

A síntese de como ficou a parte mais importante da lei evidencia como pode ser efetiva e ampla sua contribuição para a melhoria ambiental das cidades e, portanto, das extensas áreas não urbanas influenciadas por elas: todos os serviços de água, esgoto, coleta, tratamento, transporte e destinação final dos RSUs deverão ser objeto de licitações públicas, com livre participação da iniciativa privada e, de maneira indicativa, por meio de concessões. É garantida a viabilidade econômico-financeira dessas atividades, com a possibilidade de tarifas, como as que já pagamos pela água, pela energia elétrica, pelo gás, pela internet e pela telefonia, por exemplo, e, de modo preferencial, com uma relação direta entre os usuários e o concessionário, ficando a cargo das prefeituras apenas a questão de regulação e fiscalização.

Depois de esperar quatro décadas por uma solução ambientalmente adequada para o meio urbano, a

sociedade brasileira vislumbra a viabilidade concreta de resolver a precariedade sanitária que atinge 100 milhões de pessoas. São 35 milhões que ainda não têm acesso à água potável e precisam deste serviço, e quase 70 milhões que continuam convivendo com lixões existentes em 2,7 mil cidades. Estes insalubres e anacrônicos receptáculos precisam ser extintos de imediato! Tal perspectiva torna-se mais viável agora, com um adequado marco regulatório, que possibilita a participação livre da iniciativa privada nas licitações, acabando com os antigos contratos de programa que, na verdade, eram atestados de autorização para o oligopólio das companhias públicas.

O fim dos lixões tem prazos bem definidos pelo novo marco regulatório: capitais e regiões metropolitanas, 2 de agosto de 2021; cidades com mais de 100 mil habitantes, agosto de 2022; entre 50 mil e 100 mil habitantes, até 2023; menos de 50 mil habitantes, até 2024. Em cada uma dessas datas – e esperamos que nada mais interfira no importante processo –, os brasileiros devem celebrar uma vitória da sociedade em favor da saúde, da vida e do meio ambiente!

“PRECISAMOS, CADA VEZ MAIS, PROMOVER AÇÕES VOLTADAS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE E DO SEU EQUILÍBRIO EM UM SISTEMA COMPLEXO COMO É A SOCIEDADE HUMANA.”

Por Vivian de Sousa
@etisecobr

Uma instituição possui uma grande responsabilidade com a representatividade e o desenvolvimento de um segmento. As diretrizes estabelecidas por cada uma delas possui um significado muito expressivo para o setor que representa e, também, gera impactos nos resultados de toda uma cadeia. Por isso, é muito importante a compreensão, em todos os setores, de cada papel dentro desse cenário, para que atuem na promoção de ações e políticas que contribuam com o fortalecimento e a melhoria como um todo em sua área de atuação.

As ações de preservação, sustentabilidade e defesa do meio ambiente são responsabilidade de todos e dever do Estado. Assim, a promoção de atitudes, ações e políticas que contribuam para a conscientização e o envolvimento de cada pessoa é fundamental para revertermos esse cenário e reduzirmos o impacto de nossas ações no planeta.

Com o objetivo de envolver cada vez mais lideranças que inspirem e ajudem a levar essa mensagem para todos os setores, entrevistamos Fábio Leite Gastal, presidente da Organização Nacional de Acreditação (ONA), instituição responsável pelo desenvolvimento e pela gestão dos padrões brasileiros de qualidade e segurança em saúde, para conhecer mais de perto o trabalho realizado e a adoção dessas práticas para o Setor Saúde.

A ONA trabalha desde 1999 para que as instituições de saúde no Brasil adotem práticas de gestão e assistenciais que levem à melhoria do cuidado para o paciente. Hoje, mais de 80% das instituições acreditadas no país adotam os padrões ONA, que são reconhecidos também no exterior. A ONA é membro da International Society for Quality in Health Care (ISQua) e atua ao lado de instituições que promovem a qualidade da saúde em países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Canadá.



Fábio Leite Gastal – Presidente da ONA

Os padrões ONA podem ser adotados por: hospitais, ambulatorios, laboratórios, serviços de pronto atendimento, home care, serviços oncológicos, serviços de medicina hiperbárica, serviços de hemoterapia, serviços de nefrologia e terapia renal substitutiva, serviços de diagnóstico por imagem, radioterapia e medicina nuclear, serviços odontológicos, serviços de processamento de roupas para a saúde, serviços de dietoterapia, serviços de manipulação, serviços de esterilização e reprocessamento de materiais. Confira a entrevista na íntegra.

ETIS – Quais são os maiores desafios a serem enfrentados pela nova Diretoria da ONA? Aproveitamos para dar as boas-vindas, Dr. Fábio!

Fábio Leite Gastal – Os desafios que nós estamos enfrentando agora, e que vamos encarar nesse triênio que assumimos, é justamente focar primeiramente essa questão da saída da pandemia, que afetou profundamente a economia e o tecido social do Brasil. As instituições de saúde e a ONA, como parte desse sistema de saúde, visa, de todas as formas, contribuir para o fortalecimento do segmento, para que tenhamos uma presença importante como fator de desenvolvimento e progresso social para a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o Setor Saúde, inserido nesse contexto da sociedade brasileira, entende que todas as entidades (e a ONA está entre elas) têm

um papel fundamental a cumprir nesse processo referente à recuperação da economia, a construção de um país melhor e a recuperação desse déficit que, de alguma maneira, vai ficar de iniquidade, de desigualdade, de problema de ordem socioeconômica e ambiental também, justamente por conta do agravamento da crise social brasileira em função da questão econômica.

ETIS – Gostaríamos que o sr. falasse um pouco sobre as novas perspectivas da Diretoria para esse triênio.

Fábio Leite Gastal – Para nós, do Setor Saúde, é uma situação paradoxal, porque o setor está inserido na sociedade brasileira, e percebemos a solidariedade e a preocupação de forma generosa sobre todas as dificuldades que a nossa sociedade está vivendo. Mas, por outro lado, nosso segmento sai fortalecido desse episódio histórico porque, de alguma maneira, mesmo com todas as dificuldades, conseguiu dar respostas à altura das necessidades e dos desafios que a pandemia nos trouxe. Talvez até tivéssemos nos saído melhor se houvesse um processo de gerenciamento mais coordenado, uma articulação melhor e uma liderança nacional mais estruturada e organizada. De qualquer maneira, eu acho que o grande ator nesse processo da pandemia é o Setor Saúde como um todo, e o SUS [Sistema Único de Saúde] em particular, pela contribuição que vem dando à questão do Programa Nacional de Imunização. Veja a velocidade com que são entregues as vacinas para os estados e os municípios para imunizar a população. A ONA, como entidade nacional que coordena a questão da qualidade e da gestão da segurança do paciente no país, tem muito a fazer no sentido de fortalecer essas políticas e o serviço de saúde, além de contribuir para que a saúde oferecida para a nossa população seja cada vez melhor e mais adequada para todos.

ETIS – Sobre a questão da sustentabilidade e a política ambiental, quais são as medidas aplicadas pela ONA atualmente?

Fábio Leite Gastal – É importante destacar que a ONA sempre teve essa questão da segurança e da gestão de risco como um dos pilares da metodologia de acreditação. Então, desde o primeiro manual, lá nos anos 1990, o controle dos resíduos e a gestão correta deles, seja resíduo hospitalar, seja resíduo sólido e líquido das instituições de saúde, sempre estiveram presentes. Óbvio que, agora, à medida que a própria metodologia evoluiu e com a discussão desse conceito de economia circular, de responsabilidade socioambiental, os manuais da ONA vêm sendo atualizados para propor ao Setor Saúde uma conexão cada vez maior com o conceito de sustentabilidade socioambiental. O novo manual que vai ser apresentado no final do ano pela ONA apresentará uma série de requisitos que alinham a acreditação com os conceitos de relação socioambiental e toda essa questão de economia circular, de equilíbrio energético, no sentido de geração, cogeração, energia limpa, conceitos que conectam o hospital dentro da economia verde ou economia circular, ou, ainda, ecoeficiência. Evoluímos gradativamente há 20 anos. O começo foi a discussão fundamental de uma gestão responsável dos resíduos, tanto hospitalar quanto sólidos e líquidos; depois, o conceito evoluiu para economia circular, com a responsabilidade socioambiental; posteriormente, dessa total integração que tem hoje a qualidade, a gestão e também a segurança do paciente com a questão da responsabilidade socioambiental.

ETIS – O sr. é um dos principais líderes da saúde. Como compreende o seu papel e a sua responsabilidade com a sustentabilidade nesse setor?

Fábio Leite Gastal – Eu posso dizer com bastante tranquilidade que, por toda essa história da ONA no processo de acreditação no Brasil e no Sistema Brasileiro de Acreditação, temos trabalhado muito a conscientização. Nos últimos anos, também tenho tido esse compromisso com o sistema Unimed, o qual, por ser o maior sistema de cooperativas

médicas do mundo, tem uma conexão de aliança cooperativista internacional que é uma das maiores apoiadoras dos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONA. Então, mundialmente, as cooperativas trabalham de forma integrada para promover um mundo melhor, mais equilibrado e mais justo, e que, de alguma maneira, seja mais ecoeficiente e ecorresponsável. Nessa linha da integralidade das ações e da sustentabilidade no sentido amplo, que diz respeito ao bem-estar biopsicossocial e ambiental das populações.

ETIS – Qual a sua mensagem para os nossos leitores?

Fábio Leite Gastal – A nossa contribuição é um grão de areia, porque a ONA é uma instituição da sociedade civil organizada e que está a serviço da cidadania e da sociedade brasileira. Dentro desse esforço de promover a qualidade dos serviços de saúde e a segurança do paciente, precisamos cada vez mais desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade das organizações de saúde e do seu equilíbrio em um sistema complexo como é a sociedade humana.

SERÁ QUE QUEREMOS SER SANTOS?



Celso Grecco

Consultor em responsabilidade socioambiental, sustentabilidade e gestão de reputação.

Conta a história que, durante um período da vida, Agostinho, aquele que viria a ser proclamado santo, rezava a Deus pedindo: “Senhor, dai-me a continência e a castidade. Mas não agora”.

Agostinho vivia um dilema. Quanto mais lia as cartas de São Paulo, mais se sentia comovido e mais admirava aquela doutrina. Mas ainda não havia encontrado maneira de libertar o seu espírito do turbilhão dos seus sentidos. Prazeres e impulsos o faziam se sentir preso ao pecado.

Trazendo para os dias atuais, empresas precisam entregar resultados financeiros. Mas, cada vez mais, a busca pela definição de um programa de sustentabilidade tem sido o mantra dessas instituições. Qual seria a razão dessa busca?



Muitas empresas já entenderam que a valorização dos conceitos da sustentabilidade e o cuidado com o impacto social da sua atividade são um conjunto de qualidades fundamentais para a atração e a retenção de talentos, além de serem pilares da reputação perante acionistas, investidores e sociedade. No entanto, grande parte delas ainda vive o mesmo dilema de Agostinho: admiram e se comovem com a doutrina da sustentabilidade, mas não sabem como se libertar dos outros prazeres e impulsos. Ao se darem conta do caminho a ser tomado e das renúncias imediatas nessa construção de longo prazo, pedem: “dai-me, mas não agora”.

Isso se dá porque a implantação de um robusto programa de sustentabilidade não diz respeito apenas às questões ambientais, como cuidar da água ou não poluir o ar. O ponto de partida é a revisão dos processos da empresa de compra de matéria-prima, processamento, fabricação, embalagem, distribuição e descarte de resíduos. Passa pela medição, pela avaliação e pela mitigação dos impactos ambientais da sua atividade, que precisam ser publicados e revistos o tempo todo. Passa, também, pela forma como ela contrata, como demite, como são os planos de progressão de carreira, como lida com questões de igualdade de gênero e de minorias, quantas mulheres estão em cargos de direção e qual é a diferença entre o maior e o menor salário na empresa.

No passado, as empresas criaram os departamentos de responsabilidade social porque era necessário gerir a filantropia corporativa empresarial. Ser uma empresa socialmente responsável parecia ser, também, a maior contribuição da empresa para a sociedade. Eventualmente, apoiar ações ambientais aqui e acolá.

Mas o mundo entrou em descompasso. Quando começamos a nos dar conta de que consumimos quase duas vezes aquilo que o planeta é capaz de

produzir ou regenerar, e que recursos naturais, como água e árvores, além de escassos, caminham de forma cada vez mais acelerada para um comprometimento irreversível, vimos colocada em risco a nossa própria subsistência.

Por isso, não basta que cada pessoa economize água fechando a torneira, ou que plante árvores em parques públicos. O impacto disso é mínimo, ínfimo diante de um sistema produtivo que seja um predador ambiental.

Volto a Agostinho, que venceu seus receios e tornou-se Santo Agostinho, para fazer a pergunta título deste artigo: será que queremos ser santos?

Nenhuma caminhada é fácil. No caso da sustentabilidade, mais do que uma caminhada, ela é uma jornada. Tem que começar. No início não vai ser perfeito, vai doer um pouco, mas há alguma redenção no caminho e ao final. Se você está em posição de trazer esse tema para sua empresa, seja o líder dessa jornada. Outros líderes, em outras empresas, que já se colocaram nesse caminho, também já provaram que vale a pena para eles, para as empresas em que atuam e, principalmente, para o nosso planeta.

Não sei se seremos todos santos, mas não tenho dúvidas de que seremos bem melhores.



DOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL ÀS TRILHAS DA SUSTENTABILIDADE



Maria de Fátima Mendonça

Consultora em gestão social, psicoterapeuta transpessoal, palestrante e facilitadora de programas de educação ambiental, gestão social e criatividade e valores humanos.

Sob o impacto de uma pandemia devastadora sem fronteiras, a humanidade se debate em mais uma crise multidimensional que nos convoca a reflexões sobre o nosso estilo de vida pós-moderno e a uma inflexão acerca da história do desenvolvimento humano, que vem comprometendo a sustentabilidade da vida no planeta.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2020 (RDH 2020), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), declara que esta pandemia é uma resposta da natureza à pressão dos seres humanos aos ecossistemas, que, nos últimos tempos, só tem aumentado, tanto em escala quanto em intensidade (PNUD, 2020). De acordo com os cientistas, a menos que alivie essa pressão à natureza, novos vírus tão mortíferos quanto o coronavírus podem surgir.

O RDH 2020 destaca, ainda, que, embora a atenção da humanidade esteja focada na pandemia de Covid-19, três crises interligadas estão ocorrendo simultaneamente no planeta e demandam ações emergenciais: mudanças climáticas; perda da biodiversidade e colapso da natureza; e poluição do ar, do solo e da água (PNUD, 2020). Para Inger Andersen, diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), no longo prazo, essas crises irão causar mais dor do que a Covid-19 (DIRETORA..., 2021).

Com os impactos negativos das atividades humanas que vem sofrendo ao longo do tempo, a natureza está dando sinais de exaustão: secas extremas, tsunamis e furacões devastadores, incêndios de grandes proporções na Amazônia, na Austrália, no Pantanal brasileiro, no Leste da Sibéria, na Federação Russa e na Costa Ocidental dos Estados Unidos, que comprometem a biodiversidade planetária. O Pnud adverte acerca do problema de extinção de espécies em massa: “o sexto na história do planeta e o primeiro causado por um único organismo – nós” (PNUD, 2020).

De acordo com o Relatório Planeta Vivo 2020, elaborado pela WWF, as nossas atividades têm destruído e degradado florestas, campos e áreas

úmidas, tanto é que “setenta e cinco por cento da superfície terrestre sem gelo do nosso planeta já foi significativamente alterada; a maior parte dos oceanos está poluída; e mais de 85% das áreas úmidas foram perdidas” (WWF, 2020). O estudo ainda expõe que a pegada ecológica da população humana já ultrapassou a capacidade de regeneração da Terra, desde 1970, e esse excesso “corrói a saúde do planeta e, com ela, o futuro da humanidade” (WWF, 2020).

Desde a segunda metade do século passado, estudos científicos têm demonstrado a insustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento hegemônico. O mais recente foi o Relatório Brundtland (1987), conhecido no Brasil como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável: “é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Com base nesse estudo, em junho de 1992, o Rio de Janeiro sediava a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Desse evento histórico, além de várias

decisões e convenções, nasceram dois importantes documentos: 1) a Agenda 21, que apresenta 2.500 recomendações para a implementação do desenvolvimento sustentável; e 2) a Carta da Terra, uma declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento.

Dez anos após a Eco-92, foi realizada a Rio+10, em Joanesburgo, mas os avanços das decisões da Rio+10 não foram tantos quanto se esperava; além dos debates sobre aspectos ambientais, sociais e econômicos, cobrava-se a prática efetiva da Agenda 21, que pouco havia avançado até então.

Em 2012, o Brasil sediava a Conferência das Nações Unidas Rio+20, com a expectativa de reativar grandes discussões e decisões acerca da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Contudo, o que se percebeu é que os líderes mundiais não trataram o desenvolvimento sustentável com o caráter de urgência que seria necessário.

Todavia, cabe ressaltar um ponto positivo da Rio+10: a decisão de elaborar uma Agenda com objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável. Em 2015, a Agenda 2030 foi aprovada pela Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento



Sustentável, apresentando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas a serem alcançadas até 2030.

Embora essas iniciativas representem avanços importantes no contexto mundial, entendemos que não são suficientes, pois, enquanto não ocorrerem transformações de consciência nos indivíduos, não lograremos êxito nas transformações econômicas, sociais e ambientais pretendidas.

Cabe reconhecer que o progresso material trouxe muitos benefícios para grande parte da humanidade (redução da miséria e dos níveis de pobreza; melhoria dos indicadores de saúde, e de educação; facilidades de comunicação, de transportes e de tecnologia de informação), mas os resultados dos impactos sociais e ambientais dos seus processos sinalizam que precisamos mudar de rota, pois a natureza vem dando recorrentes sinais de exaustão.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) divulga que “a economia global cresceu quase cinco vezes nas últimas cinco décadas, a um custo enorme para o meio ambiente global” (PNUD, 2020), mesmo diante de tantos estudos, discussões e alertas, deixa claro que a atual lógica econômica neoliberal tem dificuldades para mudar e, sem essas

mudanças, as crises sistêmicas tendem a se agravar no futuro próximo, com consequências negativas tanto para as gerações atuais quanto para as futuras.

Contudo, no atual momento histórico, em meio a uma pandemia que nos expõe a um território de riscos e perigos, a instabilidades e incertezas, com o agravante das crises econômicas, sociais e ambientais, está evidente que todos nós estamos diante de um destino comum, e que nos encontramos em uma encruzilhada civilizatória, diante de um dilema coletivo: prosseguiremos com esse modelo de civilização insustentável e autofágico rumo à extinção ou nos transformaremos em uma civilização sustentável e em paz com a natureza?

Essas questões requerem uma profunda reflexão acerca da nossa responsabilidade, individual e coletiva, com as escolhas que fazemos no presente, especialmente as políticas, e com a qualidade do relacionamento que estamos tendo conosco, com os outros e com a natureza. De uma coisa nós já sabemos: os problemas estão se agravando e as respostas para eles não têm sido adequadas. Sem um salto quântico em nossa consciência para nos libertarmos da hipnose do materialismo reducionista e para promovermos mudanças em nosso estilo de vida, não teremos saída.

REFERÊNCIAS

DIRETORA executiva do Pnuma alerta para emergência climática e modelo para futuro sustentável. ONU News, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/02/1741962>. Acesso em 29 abr. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum* – Relatório Brundtland. Nova Iorque: ONU, 1987.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2020*. Brasília: Pnud, 2020.

WWF *Relatório Planeta Vivo 2020*. Brasília: WWF, 2020. Disponível em: https://livingplanet.panda.org/pt-br/?_ga=2.147396917.309931195.1620826421-1185392730.1620826421. Acesso em: 30 abr. 2021.

A PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

O Brasil é abundante em áreas verdes, em água doce e mar, em terras férteis, em diversidade de fauna e flora. E mais, detém 60% da maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica (estima-se que 20% da água doce do planeta corre por sua bacia hidrográfica). Então, Brasil poderia ser sinônimo de paraíso tropical, mas não é.

Hoje, nosso país é visto além-fronteiras como um vilão antiambientalista. E, antes que comecemos a criticar quem nos critica, é bom olharmos para o nosso quintal e encararmos algumas verdades. Com tanto potencial natural, por que o Brasil não é modelo para o mundo da sustentabilidade? Por que não somos parâmetro planetário de conservação, preservação e uso sustentável dos recursos disponíveis? Porque entramos em um círculo vicioso de interesses questionáveis de exploração ilegal de madeira (esti-

ma-se que a Amazônia já tenha perdido quase 20% do seu tamanho original); atividades agropecuárias que ameaçam transformar a floresta em savana; mineração e garimpos clandestinos; contrabando de animais silvestres; queimadas em profusão; aldeias originais e comunidades predominantemente indígenas abandonadas à própria sorte.

Há cerca de 30 anos, o Brasil aderiu à agenda internacional de desenvolvimento sustentável e realizou, com protagonismo positivo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, um dos maiores eventos políticos e populares sobre meio ambiente que o planeta já viu. Lá, líderes mundiais comprometeram-se com um futuro, em médio prazo, de sustentabilidade. Os mais ricos apoiariam os países em desenvolvimento – como o Brasil – com dinheiro e tecnologia

**Deborah Andrade**

Jornalista e documentarista premiada no Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA) por roteiro e direção do filme “Verde como o cacau da Bahia”, produzido pela WWF Brasil.

para investimentos na mudança dos padrões de consumo e na redução do uso de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral). Em 2012, houve a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Mais uma vez, os líderes prometeram investir em fontes de energia limpa. Assinaram um documento que se intitulava “O futuro que queremos”. Em 2016, entrava em vigor o Acordo de Paris, assinado por 195 países, inclusive o Brasil, sinalizando o compromisso de redução de gases de efeito estufa. Tantas promessas...

A recente Cúpula de Líderes sobre o Clima, coordenada pelo líder americano Joe Biden, deu voz a 40 chefes de Estado. O presidente brasileiro (o vigésimo a discursar) falou para o mundo ante a notada ausência de Biden, que havia se retirado pouco antes. Jair Bolsonaro comprometeu-se, teoricamente,

a zerar o desmatamento ilegal até 2030; a reduzir as emissões de gases de efeito estufa; a buscar neutralidade climática até 2050; e a fortalecer os órgãos ambientais dobrando os recursos para fiscalização.

Ao comentar a participação de Bolsonaro na Cúpula de Líderes, Jonh Kerry, Enviado para o Clima no governo americano, embora a tenha considerado positiva, observou: “*The question is: will they do them? What’s the follow through and enforcement?*”. Compartilho da mesma indagação: como Bolsonaro vai cumprir suas promessas e colocar sua teoria ambiental em prática?

Em novembro de 2021, teremos a COP26, em Glasgow, na Escócia. Certamente, novos acordos globais de desenvolvimento sustentável serão travados. Enquanto isso, os compromissos da Rio-92, feitos há quase 30 anos, seguem em aberto.

JÁ PENSOU EM CONSTRUIR A SUA CASA COM ISOPOR?



Bia Gadia – arquiteta e designer

No momento atual de pandemia em que o mundo vive, a busca por alternativas sustentáveis torna-se uma realidade indiscutível. A preocupação com o meio ambiente é tópico obrigatório e que deve ser levado em consideração em qualquer atividade. Não poderia ser diferente para os arquitetos e engenheiros, afinal, a área determina a maneira como as pessoas vivem no seu dia a dia dentro de casa. Uma das soluções que se provou extremamente benéfica tanto para o planeta, de um modo geral, quanto para os proprietários, é a utilização do EPS, o poliestireno expandido, ou, simplesmente, isopor.

Essa é a construção a seco mais utilizada no mundo e que se destaca quando o assunto é construções sustentáveis por se tratar de um excelente isolante térmico e acústico, um produto de baixo peso, que não propaga chamas, resistente ao envelhecimento, à absorção de choques, à compressão e à absorção

A tendência entre arquitetos e engenheiros pode diminuir os impactos ambientais e os custos durante a obra, além de gerar ganhos



de água. O poliestireno expandido (EPS – isopor) tem se tornado uma solução e uma tendência entre arquitetos e engenheiros no mercado brasileiro não só pelo seu potencial ecológico, já que se trata de um material composto por 98% de ar e 2% de plástico, ou seja, totalmente reciclável, como, também, pela economia de recursos e tempo de produção que pode ser contemplada pela utilização do produto em uma obra.

A arquiteta e *designer* Bia Gadia tem *expertise* há mais de dez anos na construção em EPS. Como vitrine, ela tem a sua própria casa (projeto-piloto no Referencial Casa GBC Brasil – Green Building Certificate), construída seguindo todos os parâmetros para uma edificação sustentável, desde a sua implantação, o método construtivo em EPS – isopor, o uso racional de água, energia e atmosfera, materiais e recursos, a qualidade ambiental interna, os requisitos sociais, até a inovação. O EPS garantiu uma economia de cerca de 10% no prazo de construção e apresentou uma redução de 5% a 8% no custo total da obra.

A Gadia House, também conhecida como a casa sustentável e saudável de Barretos (SP), foi premiada no 1º Prêmio Habitat Sustentável – Saint Gobain e recebeu a primeira certificação Edificação Pré-Existente no Brasil pelo Healthy Building Certificate (HBC), por projetar e construir seguindo os parâmetros de sustentabilidade e saudabilidade, promovendo saúde e bem-estar por meio do ambiente construído.

DIFERENÇAS E VANTAGENS

Mas, afinal, qual a diferença e quais as vantagens de uma obra normal para uma construção em EPS? “Liberdade arquitetônica, versatilidade, baixo custo, isolamento térmico e acústico, resistência contra impactos, sistema antissísmico, à prova de balas,



com baixa absorção de água, além de evitar a presença de mofo, fungos e bactérias nos ambientes. O material também possui alta durabilidade e é 100% reciclável. Os blocos de EPS apresentam economia de tempo e mão de obra, rapidez na montagem, resistência mecânica, fácil transporte, são mais leves, resistentes, com redução de 80% de resíduos na obra. São blocos produzidos a partir de processos industriais modernos, com baixo índice ou sem desperdícios e onde tudo é reaproveitado e reciclado”, lista Bia Gadia, criadora do Método CONSEPS – @construindoemisopor.

Ao ser comparado à solução convencional, ou seja, ao bloco cerâmico, o bloco de EPS ganha na estrutura, com menos consumo de aço; na mão de obra, com menos esforço físico necessário; e no transporte, com menos consumo de combustível fóssil. “Por manter a temperatura interna por mais tempo, o consumo de energia elétrica é menor, pelo uso menor de ar-condicionado, por exemplo. Outra contribuição ambiental é o fato de não contaminar o solo, a água e o ar, e, ao ser reciclado, pode ser utilizado novamente como matéria-prima. Após ter cumpri-

do a sua função, o material torna-se um resíduo. No caso do EPS, existem diversas possibilidades para a redução e o aproveitamento”, destaca Bia.

Para aquelas pessoas que ainda têm uma certa resistência à aceitação, por acharem o produto aparentemente frágil ou até mesmo pela preocupação com a propagação de fogo, a especialista dá a dica. “Com os avanços tecnológicos, a fabricação do EPS de classe F é garantida que não gera combustão, além de ser capaz de atuar na construção civil por meio da definição de densidades mais altas, que determinam um produto mais rígido”.

De acordo com a CEO da Bia Gadia Arquitetura e Design, o uso do material não compromete a segurança da construção e está conquistando cada vez mais o seu espaço no cenário atual. “A importância de um sistema construtivo que minimize os impactos ambientais vem crescendo. Prova disso é o aumento do uso do EPS no Brasil. Empresas e pessoas estão desenvolvendo a consciência de que conforto e qualidade de matérias-primas podem estar aliados à sustentabilidade”.



RESÍDUOS EM ÉPOCA DE PANDEMIA DE COVID-19



Eduardo Camargo

Engenheiro agrônomo e membro da ETIS com vasta experiência em prestação de serviços de gestão de empresas do segmento.

Há pouco mais de um ano, quando começamos a falar dos problemas que estávamos encontrando e o que poderia surgir por conta da Covid-19, não sabíamos o impacto que tudo isso teria e o quanto iria influenciar nossas vidas, a geração dos resíduos e a cadeia produtiva dos materiais reciclados.

Apenas para exemplificar, houve cidades que tiveram uma redução significativa em seus resíduos coletados: Belo Horizonte-MG, na ordem de 22%; e Campinas-SP, na ordem de 25%. Tal redução está relacionada especialmente a dois fatores: o primeiro é o fechamento de restaurantes, bares e lanchonetes, onde as pessoas consumiam diariamente nas grandes cidades; e o segundo foi a mudança nos hábitos de consumo proporcionadas por esse período, já que, historicamente, a geração de resíduos possui uma relação direta com o poder aquisitivo.



Em contrapartida, percebemos o aumento do sistema *delivery*, que impulsionou sobremaneira a cadeia do material reciclável, pois as pessoas foram instadas a alterar seus hábitos de compra e de recebimento de alimentos durante esta pandemia. Com certeza, essa mudança no relacionamento com o mercado e, também, com o fornecimento de refeições alterou em definitivo a relação de consumo.

Se tem algo que não mudou desde que a pandemia chegou no Brasil, há mais de 365 dias, foi o aumento da procura por embalagens de papel e papelão em todo o país. Com o crescimento exponencial do *e-commerce* e a demanda vertiginosa por serviços de *delivery*, caixas e sacolas em diferentes tamanhos, formatos e materiais tornaram-se um produto de primeira necessidade para diversos setores, impactando a indústria de papel.

Quem explica é o presidente do Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel e Papelão no Estado de Minas Gerais (Sinpapel), Antônio Eduardo Baggio. Segundo ele, o setor sofreu e continua sofrendo com a elevação do custo das aparas, com o impacto do câmbio sobre insumos e peças, além de uma particularidade: a redução da reciclagem. Esta última ocorreu em virtude de mudanças no trabalho de cooperativas, catadores de papel e coleta seletiva.

Essa diminuição drástica do consumo e descarte de embalagens que alimentam a indústria de reciclagem de papel, bem como o abandono do ofício por muitos catadores devido a inúmeros motivos, desabastece a engrenagem da cadeia.

Isso mostra quanto ainda caminhamos a passos lentos na cadeia produtiva dos reciclados, seja pela possibilidade de ganhos para cooperativas e catadores informais, por meio dos auxílios emergenciais do governo federal, seja pela falta de incentivos para campanhas e conscientização de toda

a sociedade, para que a reciclagem se deparasse com essa minimização de material, mesmo com o colossal aumento de oferta gerado pelo cenário que apresentamos aqui.

Há muito a ser feito nessa cadeia produtiva, deixando de lado o “empirismo” para efetivamente estruturar um plano de ação para o aproveitamento de todos os materiais recicláveis. Sabemos que grande parte dos valores recebidos pelos catadores fica para os chamados atravessadores, que fazem a compra do material coletado, muitas vezes à vista, para os catadores mais humildes e que, literalmente, ganham a vida catando papel na rua.

Enquanto não houver uma política pública que veja a reciclagem como enorme fonte de renda e custo evitado, continuaremos engatinhando nesse tema. A própria Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, dispõe sobre a necessidade de inserção dos catadores no sistema de reciclagem.

Deixando claro que há regramento para se avançar, mas os agentes públicos ainda preferem relegar essa importante ferramenta ambiental para a filantropia rasa, permitindo que a forma rudimentar de coleta por meio de catadores continue se perpetuando, estando nosso país muito aquém de metas internacionais de reciclagem.

Fica aqui um desafio para podermos pensar nos famosos 3 Rs:

Reduzir – consiste em diminuir a geração por meio da redução no desperdício. O objetivo é comprar bens e serviços de acordo com nossas necessidades, adotando um consumo econômico e ambiental;

Reutilizar – quando um produto é reutilizado, acaba sendo reaproveitado na mesma função ou em diversas outras possibilidades de uso. A exem-

plo simples dos papéis de cadernos usados, que podem se tornar blocos de rascunhos ou garrafas a serem transformados em objetos de utilidade ou decoração;

Reciclar – envolve o processamento de um material com sua transformação física ou química, seja para reutilização sob a forma original, seja como matéria-prima para a produção de novos materiais, a exemplo de pneus usados que se transformam em componentes para asfalto, latas de alumínio fundidas novamente para dar origem a novas latas, e muito mais.

Penso que essa pandemia nos mostrou a necessidade de nos tornarmos menos consumistas e um pouco mais minimalistas. Hoje, precisamos fazer aquela pergunta antes de comprarmos algo: preciso mesmo disso? Quantos de nós aproveitamos a maior permanência em casa e organizamos nossos armários? Será que não acumulamos em demasia? O consumismo desenfreado só é bom para quem vende.

Isso também é educação ambiental, pois precisamos compreender que os recursos ambientais são finitos e que o consumo consciente e sustentável é a nossa mais especial alternativa.



COMO O CONSUMISMO AFETA O MEIO AMBIENTE?

Por Vivianne Paixão

@etisecobr

Estamos vivendo uma pandemia sem precedentes na história da humanidade e que aproveitou a globalização para se expandir e entranhar na sociedade. São bilhões de pessoas que, em algum momento, perderam a racionalidade do ato de comprar e passaram a fazer deste o (des)caminho para a felicidade. O ato de consumo em si não é um problema. O erro é quando o consumo de bens e serviços acontece de forma exagerada, levando à exploração excessiva dos recursos naturais e interferindo no equilíbrio estabelecido do planeta.

Você já parou para pensar na quantidade de coisas que acumula simplesmente por apego ou até mesmo por falta de percepção? Que tal dar a sua contribuição voluntária, cotidiana e solidária para garantir a sustentabilidade da vida no planeta e, assim, ampliar os impactos positivos e diminuir os negativos causados pelo consumo no meio ambiente, na economia e nas relações sociais?

Conforme a ONG World Wide Fund for Nature (WWF), a população mundial consome cerca de 30% a mais do que o planeta consegue repor. É por



meio da constante inovação que se encontra a forma mais sutil e não menos problemática de garantir a rápida absorção no mercado. Influenciadas pelos apelos publicitários em uma sociedade cada vez mais pautada na aparência e na ostentação, muitas pessoas acabam não percebendo que gastam e até contraem dívidas desnecessariamente.

A aposentada Audna Maria, de 63 anos, assume que, durante anos da sua vida, foi muito consumista, mas, com a pandemia, novas necessidades surgiram e outras prioridades de compras emergiram em um cenário de grandes incertezas. Além disso, ela garan-

te que criou uma consciência ambiental. “Acredito que estou mais controlada, pois não estou saindo de casa, e, também, com outra visão de mundo. Estou mais consciente, principalmente em tudo que se reflete no planeta Terra”, diz.

Há uma dica para um consumo mais consciente, conhecida como os 4 Rs: repensar, reduzir, reutilizar e reciclar. Eduardo Camargo, engenheiro agrônomo e gestor do setor de limpeza urbana há mais de 20 anos, explica como aplicar os 4Rs no cotidiano e impactar positivamente o planeta. “O dever de casa é repensar seus atos de consumo; reduzir o consumo; reutilizar os materiais que parecem não ter mais utilidade; e reciclar o lixo”, pontua.

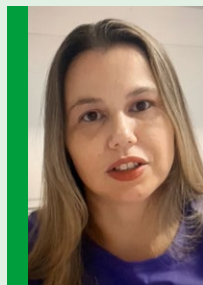
CONSUMO CONSCIENTE

Imagine se toda a sua vida tivesse que caber em uma mala de mão? É exatamente isso que a arquiteta e escritora Karen Bussacarini fez há pouco mais de três anos. Casada e mãe de dois pequenos, ela apostou na prática do consumo consciente e foi uma decisão acertada para toda a família. O estilo de vida adotado levou os quatro a percorrerem vários países sem consumismo e apenas com uma bagagem cada um.

Mas, antes de ganhar o mundo, Karen exibiu, orgulhosa, na sua página no Instagram, uma foto com oito sacos de lixo contendo roupas, sapatos e acessórios de apenas um armário da sua casa. “A meta é que toda a nossa vida caiba sempre em apenas uma mala de mão para cada um. E, assim, estaremos livres para viver apenas com aquilo que precisamos, porque o que realmente importa não cabe nas mãos, muito menos em malas. Estamos em busca de um novo olhar sobre a vida, levando na bagagem apenas memórias e muito amor no coração”, inspira.



A QUÍMICA DO TUDO: UMA TRAJETÓRIA NA QUÍMICA DO MEIO AMBIENTE



Janaina Adriana da Trindade

Bacharel em Química e Engenharia Ambiental. Atua na área de educação como professora conteudista de ciências exatas e como consultora nas áreas ambiental e de segurança do trabalho.

Você já deve ter ouvido, no seu período escolar, a seguinte frase: “A Química está em tudo”. Talvez não tenhamos dado tanta importância para esta frase, mas realmente a Química está em tudo: no ambiente em que vivemos, no que usamos, no que comemos e, principalmente, em nós mesmos. Somos pura Química!

Ainda sim você deve ter ouvido falar: “A Química é a vilã de tudo. Ela agride a nossa saúde e o meio ambiente”. Consideram demasiadamente a Química “fabricada”, aquela sintética e artificial, e, muitas vezes, esquecem da Química natural.

Claro que não iremos discutir aqui sobre as diversas reações químicas orgânicas, inorgânicas e analíticas que ocorrem a todo momento, bem embaixo do nosso nariz. Entretanto, vamos abordar só um pouquinho delas, algumas que estão presentes na





Química do nosso meio ambiente, a Química que nos rodeia.

Pela manhã, acordamos, nos espreguiçamos e vamos ao banheiro para escovar os dentes e tomar um delicioso banho. Utilizamos o creme dental, o sabonete e o xampu. O sorbitol e o carbonato de cálcio compõem o nosso creme dental, assim como o sal sódico de ácido graxo e a monoetanolamina de ácido graxo; e o álcool cetílico e o pantenol compõem o sabonete e o xampu, respectivamente.

Feito isso, para começar bem o dia, tomamos aquele café bemquentinho com leite e comemos um pão fofinho com manteiga ou margarina. Neste momento, temos como companhias: a cafeína; a lactose; a reação da glicose mais enzima, que gera etanol e gás carbônico na produção do pão; a gordura animal ou a gordura vegetal hidrogenada; e demais componentes da manteiga e da margarina.

Após o café da manhã, a rotina é iniciada. Saímos de casa. Da porta, puxamos o ar: uma mistura de oxigênio, nitrogênio em maiores porcentagens e gás carbônico e gases nobres em menores proporções. Olhamos para o céu e as nuvens carregadas aparecem; o tempo está nublado.

Na Química do meio ambiente, vários são os fatores que contribuem para o tempo estar nublado: o acúmulo de substâncias provenientes da própria natureza, como gases ou partículas de atividades de vulcões, e a decomposição ou a liberação de metano por animais durante o processo de digestão são alguns deles.

No entanto, não se pode esquecer das atividades humanas que contribuem com o acúmulo de substâncias na atmosfera: as atividades de indústrias, a queima de combustíveis fósseis, a queima das florestas, além das fontes móveis, como os veículos automotores. Sim, o carro ou o ônibus que utilizamos

produz, quando em movimento, reações químicas que contribuem com a poluição do ar.

Durante o trajeto ao trabalho, contemplamos, da janela, mudas de árvores recém-plantadas. Nos perguntamos: “será que já se alimentaram hoje?”. E até nos assustamos com esse pensamento quase infantil. As árvores se alimentam sim, pela fotossíntese, que é uma reação química de gás carbônico, água e luz solar, gerando glicose e oxigênio.

No solo onde estão plantadas as árvores também há várias propriedades químicas (pH, condutividade elétrica, capacidade de troca iônica) que cooperam com as propriedades biológicas para o crescimento delas e que, futuramente, contribuirão na atenuação dos poluentes do ar.

Já perto do trabalho, avistamos um terreno baldio com diversos sacos de lixo, grande parte deles aberta, talvez por animais à procura de comida. O mau cheiro vindo do líquido quase viscoso escorrendo pelo terreno pode nos causar náuseas. Esse líquido percolado, conhecido popularmente como chorume, é um material tóxico formado por elevadas concentrações de compostos orgânicos, inorgânicos (metais pesados) e amônia. O chorume pode se infiltrar e contaminar o solo e, também, as águas subterrâneas, trazendo uma série de problemas ao meio ambiente e à saúde humana.

No ambiente de trabalho, após algumas horas, sentimos sede e lembramos de beber água: a famosa reação química de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Colocamos a água em um copo plástico descartável: polímeros. Recordamos de algum noticiário que dizia: “A fauna marinha está sendo cada vez mais ameaçada pelo grande número de materiais plásticos presentes nos oceanos”. Poluição das águas. “E por que não adotar um consumo consciente e trazer uma garrafinha?” – sorrimos satisfeitos por esse pensamento. “Que sensação boa!”

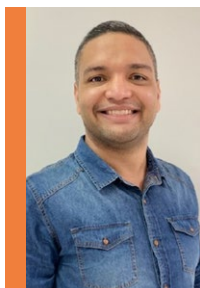
Olha aí o quarteto químico da felicidade: endorfina, serotonina, dopamina e oxitocina.

Finalizando o horário de expediente, tomamos o mesmo caminho de volta para casa. Já é noite e o céu está estrelado. Será que conseguimos imaginar quantas moléculas de hidrogênio e hélio podem compor uma única estrela?

Esta é outra trajetória que tenho certeza que você terá vontade de fazer e vai concordar definitivamente com seus antigos professores: “A Química está em tudo!”.



AÇÕES ESTRATÉGICAS DO SETOR DE HOTELARIA HOSPITALAR: REDUÇÃO DE CUSTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



Miquéias Alves Santos

Professor, historiador, pós-graduando em MBA executivo em Hotelaria Hospitalar.

Coordenador de Hotelaria Hospitalar na Rede Primavera Saúde, em Sergipe.



Aline de Carvalho Bastos

Enfermeira, mestra em Saúde e Ambiente, especialista em Gestão Hospitalar e em Experiência do Paciente. Superintendente assistencial na Rede Primavera Saúde, em Sergipe.

O alto consumo de recursos naturais tem desencadeado uma crise socioambiental, obrigando-nos a pensar sobre as nossas práticas de utilização desses recursos. Sendo assim, visando preservar o meio ambiente por meio da avaliação do consumo de recursos naturais, tem sido fundamental pensar em inovações sustentáveis (BENINI; DIAS; PINHEIRO, 2018).

O plástico é um item que gera impacto ao meio ambiente, possui elevado custo financeiro para a sua fabricação e demanda acentuado uso de recursos naturais. O consumo deste item tornou-se comum, elevando a sua produção e exigindo do sistema organização, planejamento e gestão do descarte, uma vez que, descartado de maneira incorreta, polui oceanos e mares a ponto de levar a óbito algumas espécies marinhas, o que também contribui para a extinção destas. Além disso, o ser humano ainda não conhece com clareza quais são as sequelas trazidas pelo microplástico para o corpo humano (WWF, 2019).

A reciclagem não é a solução para o problema do plástico vivenciado no mundo. Ela contempla alguns entraves, como: em algumas cidades brasileiras, não existe a coleta seletiva ou esta não funciona corretamente; falta informação para a sociedade em relação à correta segregação e ao descarte dos resíduos; uma parte do plástico não pode ser reciclada, pois é composto de polímeros. Diante desse cenário, precisamos pensar em alternativas de consumo (GOULART; PIATRAFESA, 2020).

Com o surgimento do coronavírus, o aumento no consumo de embalagem plástica aumentou significativamente, pois a necessidade de prevenção de contato tornou-se ainda mais indispensável. A partir disso, o custo com a matéria-prima também cresceu: em menos de um ano, a embalagem plástica teve uma alta de 45%, conforme prévia de fevereiro de 2021 do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Após a avaliação deste cenário e buscando práticas sustentáveis de consumo, o setor de hotelaria de um hospital privado em Aracaju (SE) desenvolveu um projeto de ciclo de melhoria, por meio da metodologia Plan, Do, Check, Action (PDCA), com foco em substituir as embalagens plásticas de roupas nos processos de maior consumo (SANTOS; SANTOS, 2020).

A ação partiu de uma robusta interação de processo entre a gestão da hotelaria, a gestão dos setores assistenciais e a gestão da lavanderia, que presta serviço de terceirização. Foi necessário rodar três ciclos no total, conforme descrição a seguir.

CICLO DE MELHORIA 1

A embalagem de recebimento e entrega de roupas à lavanderia, antes sacos plásticos de 200 L, foram substituídas por embalagens ecológicas em tecidos reutilizáveis. Além disso, as embalagens de tecido que trazem as roupas limpas ainda são reutilizadas para armazenar temporariamente a roupa hospitalar utilizada pelo paciente, que, posteriormente, será encaminhada à lavanderia para higienização e desinfecção.

Na tabela a seguir é possível verificar a redução no consumo de embalagem plástica no período.

Período	Total de embalagem (plástico e tecido)	Total de embalagem (tecido)	Redução no consumo de embalagem (plástico)
1º trimestre/2021	48.830	8.830	18%



Como sociedade, é importante que cada indivíduo adote formas conscientes de consumo, além de contribuir com o meio ambiente. Em uma instituição, temos várias oportunidades de fazer grandes ações, conectando-nos com a sociedade.

Sacos ecológicos de tecido utilizados para acondicionar a roupa hospitalar limpa

CICLO DE MELHORIA 2

Outra ação relevante foi revisar o quantitativo de peças do enxoval por embalagem, aumentando o

número de itens do enxoval e reduzindo o número de embalagem plástica. Na tabela a seguir é possível verificar a redução no consumo de embalagem plástica no período comparado.

Período	Total de embalagem (plástico e tecido)	Redução no consumo de embalagem (plástico)
1º trimestre/2020	48.830	66,21%
1º trimestre/2021	6.809	

CICLO DE MELHORIA 3

Substituir 100% das embalagens em plástico de dois itens do enxoval que têm um alto consumo por embalagens em tecido.

Além de trazer ganhos financeiros para a instituição, como melhor redução de gastos com lavanderia, visto que o custo da terceirizada com embalagens foi reduzido, também se está contribuindo com o consumo consciente, que é um dos objetivos estratégicos da empresa. Como sociedade, é importante que cada indivíduo adote formas conscientes de consumo, além de contribuir com o meio ambiente. Em uma instituição, temos várias oportunidades de fazer grandes ações, conectando-nos com a sociedade, não só promovendo o tratamento de doenças, mas, também, compromisso social, bem-estar e contribuição com a qualidade de vida da população.

Essas estratégias trazem ganhos financeiros para a instituição, como melhor redução de gastos com lavanderia, visto que o custo da terceirizada com embalagens se reduziu. Além disso, também se está contribuindo com o consumo consciente, que é um dos objetivos estratégicos da empresa.

REFERÊNCIAS

BENINI, M. S.; DIAS, S. L.; PINHEIRO, A. P. H. J. (Orgs.). **Saneamento e o ambiente**. São Paulo: Anap, 2018. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/item/cod/180>. Acesso em: 10 maio 2021.

WWF. **Solucionar a poluição plástica: transparência e responsabilização**. Genebra: WWF; Dalberg Advisors, 2019. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/51804/1552932397PLASTIC_REPORT_02-2019_Portugues_FINAL.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

GOULART, R. C. L.; PIATRAFESA, A. P. Ações ambientais positivas e a integração de informações sustentáveis implementadas na administração pública federal. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 15, p. 283-298, 2020. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v7n15/v07n15a21.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

PERTUSSATTI, A. C. **Gestão ambiental de resíduos plásticos no Brasil: subsídios para uma diretriz nacional**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão Pública) – Brasília, Enap, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5134/1/Caroline%20Alvarenga%20Pertussatti.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021.

SANTOS, S. B.; SANTOS, S. S. V. P. Aplicação de ferramentas Lean em uma indústria de transformação de plásticos. **Revista Mundi**, Paranaguá, v. 5, n. 8, p. 304-01, 304-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.hp?journal=MundiETG&page=article&op=view&path%5B%5D=1097&path%5B%5D=689>. Acesso em: 13 maio 2021.

SUSTENTABILIDADE E CONSUMO CONSCIENTE ATRAVÉS DA MODA



Marina Petzen

Bióloga. Criadora da Rede Estilo Verde Moda Sustentável. Embaixadora do Instituto Lixo Zero. Também atua como consultora e auditora para a certificação. Entusiasta do empreendedorismo socioambiental, do consumo consciente, da moda sustentável e da compostagem.

“Atender às necessidades dos presentes, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, esta é a definição básica de sustentabilidade, a qual tem relação com o desenvolvimento sustentável, que é o fato de se desenvolver causando menor impacto, sem comprometer ou esgotar os recursos. Perceberam que até agora não falamos sobre meio ambiente ou natureza? Este é o nosso grande desafio enquanto profissionais e entusiastas da sustentabilidade: mostrar que não somos “ecochatos” e que ser sustentável inclui diversos aspectos da vida em sociedade.

Sustentabilidade é o equilíbrio das coisas; é como uma balança, onde, de um lado, estão o desenvolvimento e o crescimento econômico, e, do outro, o meio ambiente e a sociedade. Para que haja sustentabilidade, a balança deve estar equilibrada, todos os aspectos devem ter o mesmo “peso”. Portanto,

algo sustentável precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Quando esses conceitos são compreendidos, é possível aplicar a sustentabilidade em tudo: podemos construir cidades, negócios, escolas e moradias sustentáveis, mas só será possível se cada ser humano adotar práticas sustentáveis em suas vidas. As mudanças acontecem a partir das escolhas responsáveis que fizemos, pois cada pequena atitude feita de forma positiva irá construir uma grande mudança. Nós, cidadãos e constantes consumidores, somos agentes de transformação, mas, talvez, muitos ainda não compreenderam isso.

Ao falar de sustentabilidade e consumo, estamos falando sobre consumo consciente, quando o ato de consumir qualquer bem de consumo ou serviço é realizado de forma pensada. Um consumidor consciente não compra por impulso, porque todos compram ou, ainda, porque está na promoção. Um consumidor consciente é aquele que se informa, lê rótulos, embalagens e etiquetas e, principalmente, olha para si e para as suas verdadeiras necessidades antes de comprar.

Quando falamos de sustentabilidade e consumo consciente, é essencial falar da moda. Mas, afinal, o que é moda? Moda é comportamento, é costume, é



estilo! Então, não faz sentido a moda ser passageira, impactante e trivial, afinal, ela faz parte da rotina de todos; precisamos olhar para ela de forma consciente. A moda sustentável figura como uma importante tendência, mas que veio para ficar, pois reúne mundialmente um número expressivo de marcas e consumidores.

Mas, então, a moda sustentável não gera impacto? Depende! Não existe resposta padrão para determinar se uma roupa é ou não sustentável; precisamos buscar informações sobre as marcas e os tecidos antes de adquirir, refletir sobre as preferências de

consumo e utilização das roupas, bem como fazer durar. Existem tecidos naturais, artificiais e sintéticos, ambos com aspectos positivos e negativos, mas tudo depende do tipo de consumidor que somos, do que desejamos com uma peça, do que faz sentido para nós e de qual impacto podemos evitar. Uma roupa “barata” pode “custar caro” para nós, para outras pessoas, para outros animais e para o planeta.

Uma marca sustentável deve se preocupar com a cadeia produtiva em que está inserida. Ética, respeito, qualidade, responsabilidade e sustentabilidade são alguns dos pilares da moda sustentável, ou seja, não é

somente sobre usar matéria-prima “ecológica”, mas, sim, estarmos verdadeiramente atentos às condições de trabalho e remuneração dos profissionais, ao uso dos recursos naturais, à viabilidade econômica e a quanto seus produtos são acessíveis ao mercado, bem como ao destino dos seus produtos após o consumo. Uma marca sustentável entende a responsabilidade compartilhada, em que, além do seu negócio, também se preocupa com seus stakeholders (fornecedores, parceiros, transporte e clientes) e acredita nas economias circular, colaborativa e compartilhada.

Enquanto a moda tradicional tem como característica o fast fashion, que é um padrão de produção e consumo no qual os produtos são fabricados, consumidos e descartados rapidamente, a moda sustentável tem como premissa o movimento slow fashion, que é exatamente o oposto: uma moda lenta, na qual as peças são feitas para durar e com respeito ao meio ambiente, e isso inclui os seres humanos. A sustentabilidade como um todo é desafiadora, e dentro da moda é ainda mais complexa, pois predominam pequenos negócios, marcas locais, autorais e artesanais, que enfrentam um cenário tradicional promovido por grandes marcas que possuem recursos e estão estabelecidas junto à sociedade. É possível construir uma moda mais sustentável e este segmento não precisa ser visto como vilão do planeta.

A moda sustentável passou a ser um movimento que cresce e conquista seu espaço devido ao mercado consumidor estar mais consciente com relação às suas escolhas. Neste sentido, encontramos marcas que, além de oferecerem produtos, também conduzem ações e projetos de sustentabilidade e reciclagem envolvendo a comunidade em que está inserida. A regra é causar o menor impacto negativo possível, potencializando impactos positivos.

Importante compreender que moda sustentável não é sobre as roupas; é sobre quais roupas, do que são feitas, como e onde são produzidas. É oferecer itens

com propósito, qualidade, conforto, ética e sensibilização. Através desta moda mais consciente está o desejo de vestir bem contribuindo positivamente com o meio ambiente e toda a rede envolvida, reverberando ideias e ideais.

Que tal repensar a forma como você olha para a moda? Acredite! É possível mudar o mundo, um pouquinho por vez, a partir das nossas escolhas de consumo.





O diálogo, a informação, a troca de experiências e a educação são nossos DNAs na promoção de uma jornada mais consciente e sustentável em produzir conteúdo sobre o nosso planeta.

Acesse: etis.eco.br e conheça nossa revista.

Seja um parceiro ETIS.



etisecobr



ceo@etis.eco.br



CASACOR
/ SUSTENTÁVEL